

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00000439/2020-16e**Processo n.º:** 00600-00000439/2020-16e**Origem:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF**Assunto:** Representação

Ementa: Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPJTCDF, de lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Análise de admissibilidade da representação. Unidade instrutiva propõe: não conhecer da Representação n.º 12/2020-CF, tendo em vista o não atendimento do requisito constante do art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF, uma vez que não foram apresentados os indícios de irregularidade relativos à Dispensa de Licitação n.º 03/2020 – SES/DF; e autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para fins de arquivamento. Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM, com amparo no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/1993 e no art. 277 do RI/TCDF, de forma divergente à instrução, no sentido de: tomar conhecimento da Representação n.º 12/2020-CF, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF e com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993; denegar o pedido de medida cautelar requerido na exordial, ante a ausência de plausibilidade jurídica e de perigo da demora, bem como da presença de perigo de dano reverso; fixar prazo de 5 (cinco) dias, com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, para que (i) a SES/DF manifeste-se sobre os fatos representados e disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43 e (ii) a empresa BRB Serviços S/A., caso queira, apresente suas considerações acerca da representação, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; dar ciência deste despacho singular à signatária da exordial; e autorizar o envio de cópia da Representação n.º 12/2020-CF e deste despacho singular aos envolvidos, a fim de auxiliar suas manifestações, e o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para manifestação acerca do mérito da exordial, em caráter urgente e prioritário. Decisão n.º 1.114/2020: referendo do Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM. Ingresso de pedido de prorrogação de prazo, por 10 dias, formulado pelo SES/DF. Despacho Singular n.º 244/2020 – GCIM: concessão parcial. Encaminhamento de informações. Decisão n.º 4.226/2020: conhecimento dos expedientes acostados ao feito; considerou cumprida a diligência contida no item III.a do Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM, referendado por meio da Decisão n.º 1.114/2020; deferimento de medida cautelar mitigada, determinando à SES/DF que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A., com fulcro no Contrato n.º 063/2020, o valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente); expedição de determinações à SES/DF; concessão de prazo de 15 (quinze) dias para que a SES/DF e a sociedade empresária BRB Serviços S.A., caso queiram, apresentem suas considerações acerca do sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; ciência da decisão à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

representante; envio de cópia do PT 2 – Planilha de Formação de Preços (associado aos autos), da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, do relatório/voto e da decisão à SES/DF e à empresa BRB Serviços S.A., a fim de subsidiar o atendimento das diligências; e retorno dos autos à Seasp/TCDF. Juntada do Ofício n.º 577/2020-G2P. Ingresso de pedido de dilação de prazo, por 5 dias, formulado pela empresa BRB Serviços S.A.. Despacho Singular n.º 678/2020 – GCIM: concessão. Encaminhamento de informações pela SES/DF e BRB Serviços S.A.. **Nesta fase:** análise de cumprimento de diligência. Unidade instrutiva propõe: tomar conhecimento dos expedientes acostados ao feito; manter a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão n.º 4.226/2020; considerar, em relação às as diligências contidas no item IV da Decisão n.º 4.226/2020, (a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”, (b) parcialmente cumprida a alínea “c” e (c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”; reiterar à SES/DF as diligências não atendidas; expedir determinações à SES/DF e ao BRB Serviços S.A.; emitir alerta ao titular da SES/DF e autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF. MPjTCDF aquiesce parcialmente às sugestões, pugnado: (a) pelo deferimento de medida cautelar para impedir qualquer repasse à empresa BRB Serviços S.A. com base no contrato em comento; (b) por determinar à SES/DF que adote providências imediatas para prover o atendimento da demanda com recursos próprios ou, na impossibilidade de cumprimento dessa diligência, esclareça por qual motivo não consegue prestar tais serviços e como está sendo prestado o atual serviço, se não há contrato vigente; (c) por esclarecimentos quanto à diferença entre os valores mensais informados nas Notas Fiscais e os efetivamente pagos; e (d) pela audiência dos responsáveis pela omissão em fornecer as informações solicitadas. VOTO convergente com a instrução, acolhendo o acréscimo do órgão ministerial alusivo à apresentação de esclarecimentos acerca da forma em que está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020.

RELATÓRIO

Tratam os autos da Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, de lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF (e-DOC 84575837-e).

Após manifestação da unidade instrutiva¹, o Relator do feito, tendo em conta que a exordial contemplava pedido de liminar e diante da urgência da matéria, manifestou-se por meio do **Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM** (e-DOC 8B52B42D-e), de 16.04.2020, “*amparado no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 277 do RI/TCDF, de forma divergente à instrução*”, do qual transcrevo a parte dispositiva:

¹ Informação n.º 22/2020 – DIASP3 (e-DOC C89DBF9C-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 01E4614C
Proc 00600-00000439/2020-16-e

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

*"I - tomar conhecimento: a) da Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPJTCD, de lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF (e-DOC 84575837-e), ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF e com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993; b) da Informação n.º 22/2020 – DIASP3 (e-DOC C89DBF9C-e); c) do extrato do Contrato n.º 063/2020-SES/DF, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e a empresa BRB Serviços S.A., publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF de 13.04.2020; II - **denegar o pedido de medida cautelar requerido na exordial, ante a ausência de plausibilidade jurídica e de perigo da demora, bem como da presença de perigo de dano reverso;** III - com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, **fixar prazo de 5 (cinco) dias para que: a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se sobre os fatos representados e disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43; b) a empresa BRB Serviços S.A., caso queira, apresente suas considerações acerca da exordial, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa;** IV - esclarecer à SES/DF e à empresa BRB Serviços S.A. que os prazos processuais, o atendimento presencial ao público externo e a protocolização física de documentos junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal permanecem inalterados para os processos urgentes, conforme disposto nos incisos IX e X do art. 1º da Portaria TCDF n.º 102/2020, publicada no DODF de 1º.04.2020; V - dar ciência deste despacho singular à signatária da Representação n.º 12/2020-CF; VI - autorizar: a) o envio de cópia da Representação n.º 12/2020-CF e deste Despacho Singular à SES/DF e à empresa BRB Serviços S.A., a fim de auxiliar suas manifestações; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para manifestação acerca do mérito da exordial, em caráter urgente e prioritário." (grifos nossos)*

Em atendimento ao preconizado no § 1º² do art. 277 do RI/TCDF, os presentes autos foram submetidos ao descortino do Plenário. Por meio da **Decisão n.º 1.114/2020** (e-DOC 676025FB-e), de 22.04.2020, o Tribunal, por unanimidade³, referendou o Despacho Singular nº 207/2020-GCIM.

² "Art. 277. O Plenário, o relator, ou, o Presidente, na hipótese do art. 16, inciso XIV, deste Regimento, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências necessárias à preservação da legalidade e do patrimônio público, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 1/94.

§ 1º **A decisão do Presidente ou do relator, por despacho singular, de que trata o caput, bem como a revisão da cautelar concedida, nos termos do § 7º deste artigo, será submetida ao referendo do Plenário na primeira sessão subsequente, mesmo quando o assunto for de natureza administrativa.**" (negritei)

³ Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCD, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro PAIVA MARTINS.



No dia 29.04.2020, a SES/DF, por intermédio do Ofício SEI-GDF n.º 1960/2020 – SES/GAB (e-DOC D3613A3E-c), encaminhou cópia do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43 e solicitou dilação do prazo, de 10 dias, para manifestação acerca dos fatos representados.

Em 30.04.2020, foi juntado aos autos o Ofício n.º 195/2020-G2P (e-DOC D00A0DE9-e), por meio do qual a i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira noticiou o recebimento de denúncia na Ouvidora do MPJTCD (de que a empresa BRB Serviços, no bojo do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF, teria subcontratado a empresa UNIHEALTH LOGÍSTICA HOSPITALAR LTDA., em que pese o processo administrativo não constar previsão para a subcontratação) e solicitou “que o presente ofício faça parte integrante da Representação 12/20”.

No dia 04.05.2020, o Relator do feito, mediante **Despacho Singular n.º 244/2020 – GCIM** (e-DOC E1D506B5-e), concedeu “prorrogação de prazo por 05 (cinco) dias, a contar do conhecimento desta deliberação monocrática para que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal dê efetivo cumprimento à diligência inserta no item III do Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM, referendado pela Decisão n.º 1.114/2020”.

Após manifestação⁴ da SES/DF acerca da matéria, o Tribunal exarou, por unanimidade, a **Decisão n.º 4.226/2020** (e-DOC D4440C5F-e), de 30.09.2020, com o seguinte teor:

*“I – tomar conhecimento: a) do Ofício SEI-GDF n.º 1960/2020 – SES/GAB (e-DOC D3613A3E-c), que encaminhou cópia do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43, alusivo à Dispensa de Licitação n.º 03/2020 – SES/DF e ao Contrato n.º 63/2020 – SES/DF; b) do Ofício n.º 195/2020-G2P (e-DOC D00A0DE9-e), por meio do qual a Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira noticiou o recebimento de denúncia na Ouvidora do Ministério Público junto à Corte e solicitou “que o presente ofício faça parte integrante da Representação 12/20”; c) do Ofício SEI-GDF n.º 2980/2020 - SES/GAB e documentos anexos (e-DOC 4F8982E9-c), contendo manifestação da Pasta de Saúde acerca dos fatos representados, relevando-se o atraso observado; d) da Informação n.º 70/2020 – DIASP3 (e-DOC 02CE96A2-e) e demais documentos “associados” ao feito; e) do Parecer n.º 842/2020-G2P (e-DOC A68556D5-e); II – **considerar cumprida** a diligência contida no item “III-a” do Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM, referendado por meio da Decisão n.º 1.114/2020; III – com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, **deferir medida cautelar mitigada, determinando à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A., com fulcro no Contrato n.º 063/2020, o valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente), conforme detalhado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, no PT 2 – Planilha de Formação de Preços e no relatório/voto do Relator;** IV – **determinar***

⁴ Por meio do Ofício SEI-GDF n.º 2980/2020 - SES/GAB e documentos anexos (e-DOC 4F8982E9-c).

A sociedade empresária BRB Serviços S/A não apresentou suas considerações acerca dos fatos representados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias: **a)** conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo ao Processo SEI n.º 00060-00107460/2020-04 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias; **b)** encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43; **c)** disponibilize, para todos os meses da contratação (de abril a setembro/2020): 1. os relatórios de produção (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações; 2. os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico); 3. os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico); 4. os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico); 5. os relatórios de entregas realizadas (documento de medição inserido na Tabela n.º 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico); **d)** manifeste-se sobre a ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários (tópico V.2.2.1 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3), uma vez que a “Planilha DETALHADA de Estimativa de Preços” juntada ao Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43 não atende à legislação; **e)** em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43: 1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas; 2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra; **f)** apresente esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3); **g)** informe ao Tribunal sobre a realização de termo aditivo ao Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098), para inclusão de serviços da entrega dos medicamentos do Núcleo de Farmácia de Ações Judiciais - NUFAJ, noticiada no Memorando n.º 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012); **h)** esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia: 1. do contrato celebrado entre a sociedade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada; 2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto contratado; 3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.; 4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados; **i)** disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea “a.2”, da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020; **V – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, doravante:** **a)** instrua, nos termos do art. 9º da Portaria PGDF n.º 115/2020, os autos de contratação direta relativos à aquisição de bens, serviços e insumos para enfrentamento da COVID 19, realizadas com fundamento na Lei Federal n.º 13.979/2020, com a declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 – PGDF/PGCONS, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020; **b)** indique a correta fundamentação legal para a vigência contratual, de modo a observar a legislação pertinente (Lei n.º 8.666/1993 ou Lei n.º 13.979/2020), tendo em conta as falhas apontadas no tópico V.5 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3; **c)** no caso de deflagrar nova dispensa de licitação para o mesmo serviço objeto do Contrato 063/2020, afaste as irregularidades apontadas na Informação n.º 70/2020 – DIASP3, encaminhando ao Tribunal, tão logo publique o aviso do certame no DODF, cópia da documentação que comprove o efetivo atendimento das diligências em análise; **VI – fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e a sociedade empresária BRB Serviços S.A., caso queiram, apresentem suas considerações acerca do sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; VII – dar ciência desta decisão à representante; VIII – autorizar:** **a)** o envio de cópia do PT 2 – Planilha de Formação de Preços (associado aos autos), da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e à empresa BRB Serviços S.A., a fim de subsidiar o atendimento das referidas diligências; **b)** o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.” (grifos nossos)

No dia 14.10.2020, a titular da 2ª Procuradoria do MPJTCDF, mediante o Ofício n.º 577/2020-G2P (e-DOC E1397BA9-e), informou que

“Notícia veiculada pela mídia⁵ dá conta, além da falta de medicamentos de alto custo, da suspensão dos “serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente

⁵ <https://globoplay.globo.com/v/8925697/programa/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF”, tema tratado no Processo 00600-00000439/2020-16-e, de relatoria de V.Ex^a, razão pela qual a encaminhamento para adoção das providências cabíveis.”

No dia 19.10.2020, o BRB Serviços S.A. solicitou⁶ prorrogação de prazo para cumprimento da diligência inserta no item VI da Decisão n.º 4.226/2020. Por intermédio do **Despacho Singular n.º 678/2020 – GCIM** (e-DOC 62F66FDD-e), de 20.10.2020, a dilação foi deferida.

Em 27.10.2020, a sociedade empresária BRB Serviços S.A., por meio do Ofício BRB SERVIÇOS N.º 055/2020 e anexos (e-DOC C17149C9-c), apresentou suas considerações “acerca do sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3” (e-DOC 02CE96A2-e).

Naquele mesmo dia, a Pasta de Saúde, por intermédio do Ofício n.º 7426/2020 – SES/GAB (e-DOC E3750953-c) e anexos (peças 45/65⁷), manifestou-se acerca das diligências contidas nos itens III, IV e VI da Decisão n.º 4.226/2020, bem como disponibilizou *link* de acesso ao Processo SEI n.º 00060-0010746082020-04 (cuja cópia foi juntada aos autos na forma de “documento associado”).

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, mediante a Informação n.º 134/2020 – DIASP3 (e-DOC 84B25F96-e), após contextualizar a matéria, examinou a documentação encaminhada pela SES/DF e pela BRB Serviços S.A., assim:

“I. Da Manifestação da SES/DF Quanto às Diligências Contidas nos Itens III (Medida Cautelar Mitigada), IV e V, da Decisão n.º 4.226/2020

I.1. Item III da Decisão n.º 4.226/2020

11. Cabe transcrever os seguintes trechos do Ofício n.º 7426/2020 – SES/GAB (peça n.º 66 – e DOC E3750953-c):

Trata-se do Ofício n.º 9040/2020-GP (48231395), que encaminha a Decisão n.º 4226/2020, proferida no Processo n.º 00600-00000439/2020-16-e, que tem por objeto a Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto à Corte, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da SES-DF.

Na supracitada Decisão, o Tribunal determinou a adoção de procedimentos, de seguinte teor:

[...]

Nesse sentido, a Subsecretaria de Administração Geral, por meio do Despacho SES/SUAG (48986780), restituiu

⁶ Mediante o Ofício BRB SERVIÇOS N.º 054/2020 (e-DOC 44652BFA-c).

⁷ e DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c, respectivamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 01E4614C
Proc 00600-00000439/2020-16-e

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

manifestação de suas respectivas áreas técnicas, conforme descritas a seguir:

"Os autos foram submetido (sic) as áreas desta Subsecretaria para conhecimento da supracitada Decisão, e manifestação no âmbito das respectivas competências. Deste modo, relaciona-se abaixo as manifestações:

1. III – COM FULCRO NO ART. 277, “CAPUT”, DO RI/TCDF, DEFERIR MEDIDA CAUTELAR MITIGADA, DETERMINANDO À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF QUE OBSERVE, QUANDO DO PAGAMENTO DE QUALQUER QUANTIA À EMPRESA BRB SERVIÇOS S.A., COM FULCRO NO CONTRATO N.º 063/2020, O VALOR MÁXIMO MENSAL DE R\$ 1.498.389,62, DEVENDO AJUSTAR OS PERCENTUAIS ADOTADOS PELA CONTRATADA AOS VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS POR ESTA CASA PARA ENCARGOS SOCIAIS E BDI (72,91% E 30,00%, RESPECTIVAMENTE), CONFORME DETALHADO NOS PARÁGRAFOS 74/79 DA INFORMAÇÃO N.º 70/2020 – DIASP3, NO PT 2 – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS E NO RELATÓRIO/VOTO DO RELATOR;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DACC/GACTC (48889310):

Controle Financeiro de Pagamentos CTR - 063/2020 - BRB Serviços S/A - (38082098)

Data Recebimento	Competência	Processo	Nota Fiscal	Data da NF	Valor da NF	Link SEI	Glosa	Valor Líquido	OB	Data do Pagamento
7/5/2020	03/04/2020 a 30/04/2020	00060-00189892/2020-17	2239	30/4/2020	RS1.682.450,06	39792810	RS961.351,96	RS721.098,10	15356	11/8/2020
10/8/2020	01/05/2020 a 31/05/2020	00041-00000969/2020-65	2324	31/7/2020	RS1.802.625,06	45062994	RS193.722,11	RS1.608.902,95	18220	24/09/2020
2/9/2020	01/06/2020 a 30/06/2020	00041-00001317/2020-48	2328	26/8/2020	RS1.802.625,06	46043797	RS285.175,28	RS1.517.449,78	18228	24/09/2020
4/8/2020	01/07/2020 a 31/07/2020	00041-00001399/2020-21	2351	31/8/2020	RS1.802.625,06	46489732	RS -	RS1.802.625,06		Em fase de instrução para pagamento (Para atesto)
9/9/2020	01/08/2020 a 31/08/2020	00041-00001661/2020-37	2358	9/9/2020	RS1.802.625,06	46844117	RS -	RS1.802.625,06		Em fase de instrução para pagamento (Para atesto)
1/10/2020	01/09/2020 a 28/09/2020	00041-00001893/2020-95	2386	30/9/2020	RS1.682.450,06	48371609	RS -	RS1.682.450,06		Em fase de instrução para pagamento (Para atesto)

1.2. Item IV da Decisão nº 4.226/2020

12. Cabe transcrever os seguintes trechos do Ofício nº 7426/2020 – SES/GAB (peça nº 66 – e DOC E3750953-c):

Ofício Nº 7426/2020 – SES/GAB

[...]

2. IV – DETERMINAR À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF QUE, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS:

3. A) CONCEDA, NA FORMA PREVISTA NO ITEM 10.4 DO MANUAL DO USUÁRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI, PERMISSÃO PARA ACESSO EXTERNO AO PROCESSO SEI N.º 00060-00107460/2020-04 À TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA (E-MAIL DIASP3@TC.DF.GOV.BR), PELO PERÍODO (VALIDADE) DE 730 DIAS;

00060-00107460/2020-04 [L] [E] [B]

- [+] Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37217327
- [+] Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37234955
- [+] Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37237189
- [+] Memorando 60 (37245388) [L] [E] [B]
- [+] Despacho SES/SUAG/CEIC 36242433 [L] [E] [B]
- [+] Termo de Encerramento SES/SAIS/CATES/DIASF 38259561 [L] [E] [B]

[Consultar Andamento](#)

Processos Relacionados:
Aquisição Serviços (1)

Aquisição: Serviços

Histórico do Processo 00060-00107460/2020-

Ver histórico resumido

Data/Hora	Unidade	Usuário
14/10/2020 15:43	SES/SUAG/DACC/GACTC	552168746
14/10/2020 15:37	SES/SUAG/DACC/GACTC	552168746
13/10/2020 18:59	SES/SUAG/DACC/GACTC	552168746
13/10/2020 17:09	SES/SUAG/DACC/GACTC	552168746
13/10/2020 17:01	SES/SUAG/DACC/GACTC	552168746
13/10/2020 16:54	SES/SAIS/CATES/DIASF	552169300
13/10/2020 16:41	SES/SAIS/CATES/DIASF	552169300



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 01E4614C
Proc 00600-00000439/2020-16-e

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

excluídos os pacientes que retiraram medicamentos para três meses, bem como excluídos os medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020 - 48801713;

Para dar mais clareza às informações, segue planilha elucidativa dos dados constantes nos relatórios em anexo.

Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020	34.479
Pacientes com cadastros não renovados	7.960
Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados	26.508
Pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020	3.647
Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, bem como os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020	22.862
Pacientes que retiraram medicamentos para três meses	2.302
Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, bem como os pacientes que retiraram medicamentos para três meses	20.560
Medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020	3.701
Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, excluídos os pacientes que retiraram medicamentos para três meses, bem como excluídos os medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020	16.859
TOTAL DE PACIENTES QUE DE FATO INICIARAM O MÊS DE OUTUBRO APTO A RETIRAR O MEDICAMENTO NO CEAF (Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020 + Pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020)	20.506

*Importante salientar que o **TOTAL DE PACIENTES QUE DE FATO INICIAM O MÊS APTO A RETIRAR O MEDICAMENTO NO CEAF** pode sofrer variação mensal, tendo em vista que alguns dados podem sofrer variações mensalmente, por exemplo: a quantidade de medicamentos em falta, quantidade de pacientes que não renovam o cadastro no prazo legal e a quantidade de pacientes que vem a óbito, influenciam diretamente na quantidade de atendimentos realizados no CEAF. Portanto, fundamental reafirmar que há, necessariamente, uma variação mensal no quantitativo de pacientes, todavia, esse valor, apesar da variação, circunda o quantitativo de 20.000 pacientes mensais.*

Há de se salientar que o quantitativo de 15.000 pacientes indicado no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43, provavelmente foi efetuado com a mesma metodologia utilizada para se chegar aos dados fornecidos nos relatórios em anexo e na planilha exposta acima. Provavelmente foi estabelecido o quantitativo de 15.000 pacientes mensais, para fins de estipulação do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF, levando-se em consideração que a entrega de medicamento em casa concorreria com os pacientes que optassem por retirarem presencialmente os medicamentos nos Núcleos Farmacêuticos que compõem o CEAF, de forma que foi feita uma estimativa de que 5.000 pacientes aproximadamente viriam pessoalmente retirar o medicamento no CEAF e que a entrega de medicamentos em casa alcançaria em torno de 15.000 pacientes mensalmente.

5. C) DISPONIBILIZE, PARA TODOS OS MESES DA CONTRATAÇÃO (DE ABRIL A SETEMBRO/2020):

5.1. 1. os relatórios de produção (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações;

5.2. 2. os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);



5.3. 3. os relatórios de **apuração dos serviços executados** (item 8.1, do Projeto Básico);

5.4. 4. os relatórios da **eficiência nos atendimentos telefônicos** emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);

5.5. 5. os relatórios de **entregas realizadas** (documento de medição inserido na Tabela n.º 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico);

1 - RELATÓRIOS DE PRODUÇÃO - 48802639;

2 - RELATÓRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS EM CADA MÊS - 48802675;

3 - RELATÓRIOS DE APURAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS - 48802949;

4 - RELATÓRIOS DA EFICIÊNCIA NOS ATENDIMENTOS TELEFÔNICOS - 48883714;

5 - RELATÓRIOS DE ENTREGAS REALIZADAS - 48803356.

Abaixo, segue listagem como os processos do SEI, referente a todos os documentos da execução do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF, a saber:

Processo 00060-00189892/2020-17, referente à execução contratual do mês de abril/2020;

Processo 00041-00000969/2020-65, referente à execução contratual mês de maio/2020;

Processo 00041-00001317/2020-48, referente à execução contratual mês de junho/2020;

Processo 00041-00001399/2020-21, referente à execução contratual mês de julho/2020, e 00060-00330122/2020-66 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001661/2020-37, referente à execução contratual mês de agosto/2020, e 00060-00402178/2020-20 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001893/2020-95 referente à execução contratual mês de setembro/2020.

6. D) MANIFESTE-SE SOBRE A AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS QUE EXPRESSEM A COMPOSIÇÃO DE TODOS OS SEUS CUSTOS UNITÁRIOS (TÓPICO V.2.2.1 DA INFORMAÇÃO N.º 70/2020 – DIASP3), UMA VEZ QUE A “PLANILHA DETALHADA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS” JUNTADA AO PROCESSO SEI N.º 00060- 00109204/2020-43 NÃO ATENDE À LEGISLAÇÃO;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644):

Cumpre esclarecer que o processo 00060-00109204/2020-43, nos foi demandado com prioridade conforme consta nos Autos Selo Prioridade COVID-19 SES/FSDF/DIOR/GEO (40773457), motivo pelo qual foi adotado durante o procedimento de Estimativa o Disposto na LEI N° 13.979,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

e-DOC 01E4614C
Proc 00600-00000439/2020-16-e

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

06 de FEVEREIRO de 2020, mais especificamente em se Art. 4º, in verbis;

(...)

"Art. 4º-E. Nas aquisições ou contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado referidos no **caput** deste artigo conterá: (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

...

VI – estimativa de preços obtida por meio de, no mínimo, 1 (um) dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (grifo nosso)
(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (grifo nosso)
(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

c) sites especializados ou de domínio amplo; (grifo nosso)
(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (grifo nosso)
(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; (grifo nosso)
(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

...

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)"

Como pode ser observado no referido processo, esta GEPP/DIAQ durante o procedimento de estimativa, em atenção art. 7 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, realizou pesquisa no:

Painel de Mapa de Preços/GDF , onde foi não localizado registros de contratações.

DW/Compranet (ID: 37850771), que conforme Parecer Técnico constante no Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF (37927389), não atende ao Demandado no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC (37293085).

Solicitação de Propostas à possíveis fornecedores conforme E-mail CONVOCAÇÃO DE PROPOSTAS (37383728). Em resposta obtivemos duas Propostas, quais sejam Proposta ABL SYSTEM (37825296) e Proposta BRB (37825188).

Ressaltamos que foi utilizado como valor de referência o menor preço válido obtido (uma das propostas obtidas, alvo de Parecer Técnico favorável pelo setor demandante)



em concordância com Art. 18 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, in verbis:

"Art. 18. Excepcionalmente, mediante justificativa do gestor responsável e devidamente comprovado nos autos, será admitida a pesquisa com menos de três preços válidos, o menor dos preços ou o maior desconto obtido."

Nota-se que o Projeto Básico SES/SUAG/CEIC (37293085) da contratação em comento não apresentava o dimensionamento preciso de todos os itens compõem o serviço, portanto inviabilizando a composição de todos os seus custos unitários por parte desta GEPP/DIAQ. Ressaltamos de igual modo que o BRB, empresa que apresentou a menor proposta, encaminhou Planilha detalhada de Composição de Custos (38028782), cujo dimensionamento foi estimado por parte daquela empresa.

7. E) EM RELAÇÃO À PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS ELABORADA PELA SOCIEDADE EMPRESÁRIA BRB SERVIÇOS S.A., CONSTANTE NAS PÁGINAS 98/99 DO PROCESSO SEI N.º 00060-00109204/2020-43:

7.1. 1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;

7.2. 2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644):

Em conformidade com o exposto na resposta do item anterior sugerimos que seja solicitado à empresa BRB a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas assim como a composição detalhada de todos os custos unitários, considerando a ausência de dimensionamento preciso no Projeto Básico.

8. G) INFORME AO TRIBUNAL SOBRE A REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 063/2020 - SES/DF (38082098), PARA INCLUSÃO DE SERVIÇOS DA ENTREGA DOS MEDICAMENTOS DO NÚCLEO DE FARMÁCIA DE AÇÕES JUDICIAIS - NUFAJ, NOTICIADA NO MEMORANDO N.º 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012);

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DFACC (48961361), esclarece que não houve no processo Contratual, processo nº 00060-00109204/2020-43, formalização de Termos Aditivos.

[...]

Em atenção aos itens faltantes, informamos a Vossa Excelência que o presente processo tramita nas áreas competentes e tão logo sejam apresentados os documentos comprobatórios da demanda, seguirá resposta complementar a este Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 01E4614C
Proc 00600-00000439/2020-16-e

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

13. Tendo em conta o cumprimento parcial das diligências contidas no item IV, da Decisão nº 4.226/2020, esse Corpo Técnico elaborou a planilha abaixo indicando a presente situação.

Tabela 1 – Situação das diligências contidas no item IV da Decisão nº 4.226/2020

Diligência	Situação
IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias :	
a) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo ao Processo SEI n.º 00060-00107460/2020-04 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;	foi disponibilizado link de acesso ao Processo SEI nº 00060-0010746082020-04 no e-mail da Divisão. O arquivo gerado no referido link foi associado aos autos no e-TCDF.
b) encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43;	em que pesem os esclarecimentos prestados pela Jurisdicionada, não foi encaminhada a documentação solicitada pelo Tribunal
c) disponibilize, para todos os meses da contratação (de abril a setembro/2020):	
1. os relatórios de produção (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações;	os relatórios se encontram acostados à peça 54 - e DOC ECEBFBF3-c
2. os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);	os relatórios se encontram acostados à peça 58 - e DOC 5E7F5BAA-c. Cabe destacar que não foram encaminhados os relatórios relativos aos serviços prestados nos meses de agosto e setembro/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

3. os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);	os relatórios se encontram acostados à peça 58 - e DOC 5E7F5BAA-c. Cabe destacar que não foram encaminhados os relatórios relativos aos serviços prestados nos meses de agosto e setembro/2020.
4. os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);	os relatórios se encontram acostados à peça 58 - e DOC 5E7F5BAA-c. Cabe destacar que não foram encaminhados os relatórios relativos aos serviços prestados nos meses de agosto e setembro/2020.
5. os relatórios de entregas realizadas (documento de medição inserido na Tabela n.º 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III - Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico);	os relatórios se encontram acostados às peças 55 e 57 - e DOCs 5BF63AF7-c e 3044D9A3-c, respectivamente
d) manifeste-se sobre a ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários (tópico V.2.2.1 da Informação n.º 70/2020 - DIASP3), uma vez que a "Planilha DETALHADA de Estimativa de Preços" juntada ao Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43 não atende à legislação;	a Jurisdicionada apresentou manifestação
e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:	
1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;	a Jurisdicionada não apresentou a memória de cálculo
2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;	a Jurisdicionada não encaminhou a composição detalhada de todos os custos unitários dos itens solicitados pelo Tribunal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

f) apresente esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3);	a Jurisdicionada não apresentou os esclarecimentos solicitados pelo Tribunal
g) informe ao Tribunal sobre a realização de termo aditivo ao Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098), para inclusão de serviços da entrega dos medicamentos do Núcleo de Farmácia de Ações Judiciais - NUFAJ, noticiada no Memorando n.º 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012);	a Jurisdicionada respondeu a demanda
h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia:	a Jurisdicionada não respondeu a demanda
1. do contrato celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada;	
2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto contratado;	
3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.;	
4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados;	
i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea "a.2", da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020;	a Jurisdicionada não atendeu a demanda

14. Cabe destacar que, em que pese o não encaminhamento de todos os relatórios solicitados nos itens IV.c.3 e IV.c.4 da Decisão nº 4.226/2020, consta da peça 63 – e DOC 3FB41081-c, que a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 01E4614C
Proc 00600-00000439/2020-16-e

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

executora do Contrato nº 063/2020 – SES/DF apontou os seguintes processos do SEI-GDF relativos à execução do referido ajuste:

Despacho - SES/SAIS (Doc. SEI/GDF 48933853)

[...]

Abaixo, segue listagem como os processos do SEI, referente a todos os documentos da execução do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF, a saber:

Processo 00060-00189892/2020-17, referente à execução contratual do mês de abril/2020;

Processo 00041-00000969/2020-65, referente à execução contratual mês de maio/2020;

Processo 00041-00001317/2020-48, referente à execução contratual mês de junho/2020;

Processo 00041-00001399/2020-21, referente à execução contratual mês de julho/2020, e 00060-00330122/2020-66 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001661/2020-37, referente à execução contratual mês de agosto/2020, e 00060-00402178/2020-20 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001893/2020-95 referente à execução contratual mês de setembro/2020.

15. *Diante disso, será sugerido ao Tribunal que:*

a) determine:

a.1) ao Banco de Brasília de S. A. – BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos seguintes Processos SEI 00041-00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48, 00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041-00001893/2020-95 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias; (Sugestão VII)

a.2) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, que, no prazo de 5 (cinco) dias:

a.2.1) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos seguintes Processos SEI 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias; (Sugestão VI)

a.2.2) encaminhe ao Tribunal:

a.2.2.1) a documentação contida nos subitens IV.c.2, IV.c.3 e IV.c.4, da Decisão nº



4.226/2020, relativa aos meses de agosto e setembro/2020; (Sugestão IV)

a.2.2.2) a documentação indicada nos subitens IV.b, IV.e.1 e IV.e.2, IV.f, IV.h e IV.i da Decisão nº 4.226/2020; (Sugestão V)

b) alerte o Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal de que o não cumprimento das diligências apontadas na subalínea “a.2” poderá implicar na aplicação da penalidade prevista no artigo 57, inciso IV⁸, da Lei Complementar nº 1, de 09.05.1994. (Sugestão VIII)

I.3. Item V da Decisão nº 4.226/2020

16. Por intermédio do Ofício nº 7426 – SES/GAB, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal assim se pronunciou acerca das diligências insertas no item V da Decisão nº 4.226/2020:

9. V – DETERMINAR À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF QUE, DORAVANTE:

9.1. a) **instrua**, nos termos do art. 9º da Portaria PGDF n.º 115/2020, **os autos de contratação direta relativos à aquisição de bens, serviços e insumos para enfrentamento da COVID 19, realizadas com fundamento na Lei Federal n.º 13.979/2020, com a declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 – PGDF/PGCONS, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020;**

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DAESP (48892612):

Considerando que a Declaração nos moldes da Portaria PGDF n.º 115/2020 deve ser realizada por autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 – PGDF/PGCONS, entendemos que tal declaração s.m.j., deve ser assinada pelo gestor responsável pela aprovação da Dispensa de Licitação, no caso em questão o Subsecretário de Administração Geral.

Deste modo, solicitamos orientação de como a DAESP deve proceder diante da referida recomendação.

Em complementação, esta Subsecretaria esclarece que foi (sic) prestadas as orientações àquela Diretoria de Aquisições Especiais quanto a elaboração da Declaração de Enquadramento nos Parâmetros dos Pareceres Referenciais, conforme art. 9º da Portaria nº 115/2020 - PGDF, por meio do Memorando Nº 290/2020 - SES/SUAG (48832671), nos autos do processo SEI 00060-00439570/2020-24.

9.2. b) **indique a correta fundamentação legal para a vigência contratual, de modo a observar a legislação**

⁸ Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:
[...]

IV – não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de diligência do Conselheiro Relator ou de decisão do Tribunal;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

e-DOC 01E4614C
Proc 00600-00000439/2020-16-e

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

pertinente (Lei n.º 8.666/1993 ou Lei n.º 13.979/2020), tendo em conta as falhas apontadas no tópico V.5 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DFACC (48961361):

Informa-se que a fundamentação legal para a vigência contratual encontra-se fundamento na Lei n.º 13.979/2020 conforme Despacho SES/SUAG (38044988), a qual ocorre a ratificação da Dispensa de Licitação, conforme segue:

*"Considerando as informações contidas no presente processo e mediante Despacho SES/SUAG (38044988), **com fundamento no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020**, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 03/2020 no valor global de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), sendo declarada vencedora a empresa BRB SERVIÇOS S/A, referente à Contratação emergencial (por 180 dias) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.*

Isto posto, encaminha-se os autos à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES para providências subsequentes."

*9.3. c) no caso de deflagrar nova dispensa de licitação para o mesmo serviço objeto do Contrato 063/2020, **afaste as irregularidades apontadas na Informação n.º 70/2020 – DIASP3**, encaminhando ao Tribunal, tão logo publique o aviso do certame no DODF, cópia da documentação que comprove o efetivo atendimento das diligências em análise;*

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DAESP (48892612):
Informa que a DAESP está ciente da recomendação.

II. Das Considerações Apresentadas pela SES/DF e pela Sociedade Empresária BRB Serviços S.A. Acerca do Sobrepreço Apontado nos Parágrafos 74/79 da Informação nº 70/2020 – DIASP3 (Item VI, da Decisão nº 4.226/2020)

17. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal apresentou as seguintes considerações sobre o sobrepreço indicado nos parágrafos 74/79 da Informação nº 70/2020 – DIASP3:

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644):

Considerando a ausência de Preços Públicos validados pelo setor técnico competente, ausência de registros de serviços no Painel de Mapa de Preços/GDF, foi utilizado como valor de referência o menor preço válido obtido em concordância com Art. 18 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, exposto anteriormente.

18. Cabe transcrever os seguintes trechos do Ofício BRB SERVIÇOS Nº 055/2020 (peça nº 44 – e DOC C17149C9-c):

OFÍCIO BRB SERVIÇOS Nº 055/2020



[...]

HISTÓRICO

2. Inicialmente cabe destacar que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em decorrência da pandemia de COVID 19, com o intuito de eliminar filas nas farmácias de alto custo do DF, formadas, em geral, por pessoas acometidas de comorbidades que as classificam como grupo de risco, foi ao mercado de forma emergencial, em busca de contratar empresa especializada para execução dos serviços mencionados, por meio do Ofício SES/SUAG/DAESPGEAQ nº 60/20, acompanhado do Projeto básico SES/SUAG/CEIC (documento SEI/GDF – 37293085).

3. Na oportunidade, diante da urgência verificada, foi concedido o curtíssimo prazo para análise do Projeto Básico, precificação, elaboração e envio de proposta de apenas 02 (dois) dias.

4. Dessa forma, diante do exíguo prazo concedido, o mapeamento das atividades e a precificação dos serviços se deram única e exclusivamente de acordo com o descrito e detalhado no Projeto Básico, que, além de fazer parte integrante do Contrato, conforme determina a legislação, tratou das particularidades e dos níveis de serviços exigidos, bem como estabeleceu as regras para elaboração de proposta, participação no processo de contratação, regras contratuais, etc.

5. Nesse sentido, norteadas e pautadas no Projeto Básico, produzido pela SES/DF, a BRB Serviços mapeou as atividades a serem executadas e elaborou proposta de serviços para contratação do tipo Preço Global (quando se contrata a execução do serviço por preço certo e total), de item único, conforme detalhado no item 5 do Projeto básico SES/SUAG/CEIC (documento SEI/GDF – 37293085), para execução de serviços que, sagrando-se vencedora, deveria iniciar de forma imediata, conforme definido no item 21.1.1 do Projeto Básico.

6. Finalizado o prazo para envio de propostas, a BRB Serviços foi comunicada pela SES que sua proposta sagrou-se vencedora na consulta pública realizada, o que motivaria a formalização de contrato emergencial, nos termos do Projeto Básico, para a execução dos serviços requeridos.

7. O processo de contratação foi concluído no dia 02 de abril de 2020 (quinta-feira) no fim do dia e, no dia 03 de abril de 2020 pela manhã, ou seja, menos de 12 horas após a assinatura do contrato, dada a urgência, natureza dos serviços e exigência do instrumento convocatório, a BRB Serviços executou procedimentos e ações para início das atividades. Naquele mesmo dia, foram efetuados agendamentos e entregas de medicamentos no domicílio dos usuários da farmácia de alto custo do DF, de forma experimental.

8. Mesmo diante de todas as adversidades e celeridade do processo de contratação, a BRB Serviços, considerando a importância do projeto, não poupou esforços e dedicou toda sua força de trabalho para atender à demanda de análise e de precificação dentro do curtíssimo prazo concedido, além de implantar em tempo recorde a operação nos moldes definidos, com a agilidade que o caso requeria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

9. Superadas as dificuldades de implantação de toda a estrutura necessária para o atendimento da demanda, a Companhia conseguiu imprimir excelência na execução dos serviços, que foram extremamente elogiados pelos usuários e pela população do DF.

10. Transcorridos os 06 (seis) meses de vigência do contrato, entre provocações formais da Secretária de Estado de Saúde do DF quanto ao interesse na continuidade da execução dos serviços em decorrência da permanência da condição imposta pela pandemia de COVID 19, a BRB Serviços foi surpreendida com expediente que tramitava desde 07 de abril de 2020, ou seja, apenas 04 (quatro) dias após a assinatura do contrato, que buscava a concessão de medida cautelar para suspensão de qualquer pagamento alusivo à referida contratação.

11. Ou seja, enquanto a BRB Serviços envidava seus melhores esforços para implantar serviços de extrema importância para a saúde dos usuários das farmácias de alto custo do DF, além das dificuldades internas enfrentadas, tramitava, sem seu conhecimento, representação que questionava entre outros pontos, se o objeto social da Companhia atendia o escopo da contratação. Questão que foi facilmente superada em resposta apresentada pela própria SES/DF quando demonstrou que a contratação foi amparada pela previsão do Art. 4º, incisos IV (telesserviços) e VI (sistemas tecnológicos e logísticos de transportes) do Estatuto Social da BRB Serviços.

12. Posto isso, a BRB Serviços vem pelo presente, expor, esclarecer e demonstrar sua boa-fé durante todo o processo de contratação e de execução dos serviços para a qual foi contratada.

PRELIMINARMENTE

13. Inicialmente cabe ressaltar que, conforme mencionado, a BRB Serviços apenas tomou conhecimento da existência do Processo nº 00600- 00000439/2020-16-e, em 02/10/2020, por meio de expediente da Secretaria Executiva do Banco de Brasília – BRB, que encaminhou o Ofício nº 9041/2020-GP, em referência à Decisão 4226/2020, do Conselheiro Relator Inácio Magalhães filho.

14. Desde então, na busca por conhecer os fatos elencados nos autos supracitados, a BRB Serviços deparou-se com diversas decisões que lhe imputavam prazos para manifestação, além de registros quanto sua suposta omissão, sem, contudo, ter sido intimada ou notificada por esse C. Tribunal de Contas.

15. Diante disso, a BRB Serviços vem perante Vossas Excelências, apresentar suas primeiras considerações a respeito dos apontamentos constantes da representação nº 12/2020 – CF, do D. Ministério Público de Contas e da Informação nº 70/2020 – DIASP3, da Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, em atenção às determinações contidas o item VI, da r. Decisão nº 4226/2020 e no Despacho Singular nº 207/2020 – GCIM.

DA FORMAÇÃO DE PREÇOS DA BRB SERVIÇOS

16. Conforme mencionado, após provocação da SES/DF em que foi concedido exíguo prazo para análise do Projeto Básico,



precificação, elaboração e envio de propostas, a BRB Serviços pautou-se exclusivamente nas regras contidas no Projeto Básico para delinear todo o escopo de sua proposta de preços.

17. O tempo exíguo concedido impossibilitou pesquisas aprofundadas sobre as especificidades da contratação, legislações pertinentes e demais regras envolvidas. Ou seja, para elaboração da proposta de preços a BRB Serviços pautou-se única e exclusivamente ao Projeto Básico, em homenagem ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, norteador de toda contratação pública, que impõe à Administração e à empresa contratada a observância das normas estabelecidas no Edital e no Projeto Básico de forma objetiva.

18. Assim, considerando as regras impostas, a BRB Serviços dimensionou estrutura de central de atendimento (callcenter) para atendimento/realização de chamadas, com volume médio de 2.750 ligações/dia (item 6.6.2), além da contratação de mão-de-obra para atividades relacionadas à separação, embalagem e transporte de medicamentos para mais de 15 mil entregas/mês, até o limite de 33 mil entregas/mês.

*19. Ressalta-se que, após criteriosa análise do Projeto Básico, restou claro que a intenção da SES/DF ao estabelecer as regras contratuais, foi no sentido de que a contratação se daria com objeto único, por **preço global**. Nesse sentido, o objeto não seria fracionado ou individualizado por entrega ou atendimento. A precificação e a disponibilização de toda a estrutura que e-DOC 766C88CD Proc 00600-00000439/2020-16-e BRB Serviços S/A CNPJ 12.875.569/0001-80 Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF envolvesse a execução dos serviços, deveria ser pautada por item único, conforme estabeleceu o item 5 do Projeto Básico.*

20. Diante de tal constatação, independentemente de haver confirmação da demanda prevista, a BRB Serviços elaborou sua proposta com dedicação de estrutura de callcenter com capacidade de atendimento do máximo de ligações previsto, bem como calculou a quantidade de mão-de-obra e dimensionou a logística para entrega dos medicamentos da mesma forma, para atender as quantidades máximas previstas no instrumento convocatório. Tais previsões se concretizaram ao final do processo de contratação, quando a Companhia sagrou-se vencedora e passou a executar os serviços.

*21. No mesmo sentido, corroborando do mesmo entendimento em relação ao ato convocatório e ao Projeto Básico que apontaram as diretrizes para a elaboração das propostas, posicionou-se o Ministério Público de Contas no Parecer 0842/2020-G2P, especificamente em seu parágrafo 38 quando ressalta que: “**o DOD não demonstrou os cálculos efetuados para a fixação dos quantitativos de entregas em domicílio por mês e de ligações diárias para os usuários, uma vez que se limitou a indicar o número total de pacientes cadastrados no CEAF, sem fornecer o quantitativo de entregas efetuadas mensalmente.**”*

22. Nesse mesmo sentido é o teor do § 4º, artigo 7º, da Lei nº 8.666/93, “in verbis”:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I - projeto básico;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

(...)

§ 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

23. Com base nesse entendimento e no princípio de vinculação ao instrumento convocatório, foram elaboradas a planilha de preços e a proposta da BRB Serviços.

DA LIMITAÇÃO SOBRE OS ENCARGOS SOCIAIS E BDI

24. Inicialmente, cabe destacar que a BRB serviços é uma empresa do conglomerado BRB, que preza por seus colaboradores e busca lhes oferecer boas condições de trabalho, bons benefícios e dignidade nas relações laborais. Ademais, possui Acordo Coletivo de Trabalho - ACT firmado com o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal - SINTTEL-DF, o qual garante a seus empregados uma série de direitos e benefícios.

25. Não obstante, o fato do referido contrato ser emergencial, com prazo de 180 dias, faz com que a possibilidade de aumento na rotatividade de colaboradores aumente bastante. A limitação de vigência do contrato de trabalho faz com que os colaboradores lotados nesses serviços busquem outras colocações. Esse aumento de "turnover" faz com o custo com rescisões e admissões seja extremamente oneroso.

26. Além disso, os objetivos sociais preponderantes da BRB Serviços, lhe impõem um alto grau de Fator Acidentário de Prevenção – FAP e de Riscos Ambientais do Trabalho – RAT (cf. documentos anexos), os quais incidem sobremaneira nos custos e alíquotas pagas sobre tais rubricas, além de, indiretamente, afetar os custos com afastamentos, reposição de colaboradores, etc.

27. Dessa forma, no momento da precificação foram considerados além dos impostos ordinários, depósitos fundiários e demais garantias constitucionais; os benefícios previstos em ACT, os (altos) índices referentes às alíquotas de FAP e RAT, custos com reposição de colaboradores agravados pela alta na rotatividade em decorrência da natureza do contrato de trabalho, o que, somados superaram o percentual limite de 72,91%, apontado pela Informação nº 70/2020 – DIASP3, para gastos com encargos sociais e trabalhistas.

28. No mesmo sentido, a Informação nº 70/2020 – DIASP3 aponta excesso na planilha de preços elaborada pela BRB Serviços sob o argumento de que foi apresentado BDI superior ao permitido pelo TCDF. Destaca que a planilha de preços elaborada apresenta BDI de 55,12% e que o limite estabelecido por esse Tribunal é de 30%.



29. O texto aponta ainda, erro no cálculo apresentado pela BRB Serviços, que informou margem de lucro de 17%, quando o valor correspondia a 19,83%. Nesse sentido, vale destacar que a BRB Serviços reconhece que houve um erro no cálculo de sua margem de lucro, e que, desde já, requer que seja considerado para todos os efeitos o cálculo demonstrado nos itens 75 e 76 da Informação 70/2020 - DIASP3. Valendo ressaltar que provavelmente esse erro foi ocasionado pelo exíguo tempo conferido à elaboração de proposta.

30. Dessa forma, considera-se a partir de então a margem de lucro de 17% e, conseqüentemente, o BDI recalculado de 51,45%, perfazendo um valor global mensal de R\$ 1.760.009,48 (um milhão setecentos e sessenta mil e nove reais e quarenta e oito centavos).

31. Ocorre que, independentemente do erro demonstrado e reconhecido pela BRB Serviços neste ato, o percentual de BDI praticado encontra-se maior do que o limite estabelecido pelo TCDF, qual seja, 30%.

32. Ou seja, pela análise dos autos, foi imputado à BRB Serviços inobservância aos limites de encargos sociais e BDI, além do erro no cálculo na margem de lucro informada, o qual foi reconhecido nesta ocasião.

33. Contudo, após exame criterioso no Projeto Básico utilizado para a contratação dos referidos serviços, ficou evidenciado que o mesmo não traz qualquer previsão quanto à limites para encargos sociais e/ou BDI às empresas proponentes e, como dito anteriormente, não foi possibilitado prazo para que as empresas interessadas realizassem pesquisas minuciosas para tomar ciências de tais limitações. Na verdade, a BRB Serviços utilizou-se da máxima de que o instrumento convocatório, conforme determina a legislação, traria todas as regras para a contratação e para a execução dos serviços pretendidos.

34. O Projeto Básico até menciona e, de certa forma, regulamenta o modo que as empresas proponentes devem se posicionar em relação do BDI. O item 15.11 leciona que: 15.11. As empresas proponentes deverão apresentar a composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) na planilha de formação de preços, utilizando os percentuais correspondentes ao regime de tributação ao qual optou.

35. A BRB Serviços opta pelo regime de tributação pelo “lucro real”. Ocorre que não há na legislação vigente a limitação de 30% no BDI para empresas optantes desse regime de tributação. Ou seja, a SES/DF ao abordar o tema deixou de informar limitação à qual estava submetida.

36. Em análise mais aprofundada dos autos, verificou-se que a limitação dos percentuais referentes ao BDI, encontra-se firmado no contexto da decisão nº 544/2010, proferida nos autos do processo nº 3.769/04, cujo objeto tratava de Auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, tendo por fim examinar contratos de prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, no período de 1994 a 2006.

37. Da referida decisão depreende-se os seguintes apontamentos, constantes dos itens IV e V (d) (2):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

IV. determinar à Secretaria de Planejamento e Gestão que, no prazo de 90 dias, elabore normativo tendente a disciplinar os limites de encargos sociais e de BDI a serem utilizados nas planilhas de custos e formação de preços dos contratos de prestação de serviço de natureza contínua, observando, para tanto, os parâmetros utilizados nos autos;

V. determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública Distrital que:

(...)

(d) por ocasião da elaboração de Planilhas de Custos e Formação de Preços dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, em especial os relativos à vigilância:

(...)

(2) adotem os parâmetros constantes dos estudos apresentados no Achado 6 do Relatório de Auditoria tratado nos autos, em especial, o montante aproximado de 70,64% para encargos sociais e de 30% para BDI, ressalvando que valores divergentes deverão ser devidamente justificados e comprovados nos respectivos autos, por meio de documentos pertinentes.

38. Nesse contexto, verifica-se que a limitação aos percentuais de encargos sociais e de BDI mencionados, estipulados pela jurisprudência desse C. Tribunal, trata de limites aproximados, assim como também prevê a possibilidade de valores divergentes aos referidos limites, desde que, devidamente justificados e comprovados nos autos.

39. Cabe ressaltar ainda que a BRB Serviços, após intimada da presente demanda, realizou pesquisa sem encontrar qualquer normativo da Secretaria de Economia do DF, disciplinando os limites de encargos sociais e de BDI a serem utilizados nas planilhas de custos e formação de preços dos contratos de prestação de serviço de natureza contínua.

40. Portanto, deve ser esclarecido que o descumprimento por parte da Secretaria em não divulgar normativo tratando da questão conforme decidido, combinado à ausência de informação no ato convocatório, Projeto Básico e/ou contrato, exime a BRB Serviços de qualquer culpa ou dolo na inobservância de tais regras.

41. Obviamente que se qualquer dos documentos mencionados remetesse a tais limites, os mesmos seriam observados e considerados nos cálculos apresentados. Eventualmente, pelos motivos expostos, acredita-se que até inviabilizaria a participação da BRB Serviços no processo de contratação.

42. Ademais, data máxima vênia, o desconhecimento pela BRB Serviços de regramento que não foi definido por Lei, mas por jurisprudência dessa e. corte, combinado com o descumprimento por parte de secretaria de governo em não editar o normativo pertinente, disciplinando e dando publicidade aos limites impostos, somados a ausência de previsão por parte do Projeto Básico e ou qualquer outro documentos existente no processo de contratação, não pode imputar à contratada penalização por extrapolar os limites em sua proposta de preços.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 01E4614C
Proc 00600-00000439/2020-16-e

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

43. Novamente, faz-se necessário invocar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois, caso tais limites fossem previstos no referido documento, a BRB Serviços ou qualquer outra empresa não poderia alegar desconhecimento de regra imposta, mas não por Lei.

44. No mesmo sentido, o artigo 41 da Lei 8.666/93 é bem claro no que tange a obrigatoriedade da Administração pública em observar e cumprir os termos do edital.

45. Após a publicação da licitação (no caso envio da solicitação de proposta e do Projeto Básico) e publicidade das regras estabelecidas, o ato convocatório passa a reger todo o procedimento de contratação, ou seja, tanto a Administração quanto as partes ficam adstritas às condições previstas.

46. Marçal Justen Filho, ao comentar o artigo 41, corrobora com esse entendimento, senão vejamos:

“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais e-DOC 766C88CD Proc 00600-00000439/2020-16-e BRB Serviços S/A CNPJ 12.875.569/0001-80 Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las.

Verificando a nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para desfazimento dos atos administrativos. Porém, isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido.

Deverá ser reiniciado o procedimento licitatório (inclusive com novas publicações pela imprensa). Ter-se-á, na verdade, novo procedimento licitatório. Esse princípio foi expressamente consagrado no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666.” (Justen Filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Marçal Justen Filho. 13. Ed. São Paulo: Dialética, 2009. Página 543).

47. Mais adiante, continua Marçal:

“Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e,



simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital.

48. No mesmo sentido posiciona-se o Superior Tribunal de Justiça – STJ:

“Em resumo: o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se ‘estritamente’ a ele”. (REsp nº 421.946/DF, 1ª T., rel. Min. Francisco Falcão, j. em 07.02.2006, DJ de 06.03.2006).”

49. Portanto, é cristalino a obrigação da Administração Pública, bem como dos interessados, em observar e seguir à risca os termos do edital, uma vez que todos ficam vinculados ao mesmo como se fosse lei entre as partes, não cabendo a inclusão de regras extra editalícias posteriormente. Foi o que pautou a participação da BRB Serviços no processo de contratação e, posteriormente, durante a execução dos serviços.

DA SUBCONTRATAÇÃO

50. Constam nos autos questionamentos sobre a subcontratação realizada pela BRB Serviços para realização da logística de entregas de medicamentos em domicílio, por haver divergência entre a autorização no Projeto Básico e no Contrato firmado.

51. O Projeto Básico - SES/SUAG/CEIC (37293085) tratou da subcontratação em seu item 3, que definiu que a contratada poderia subcontratar seu objeto. Vejamos:

3. SUBCONTRATAÇÃO

3.1. A contratada poderá subcontratar o objeto desse Projeto Básico, conforme estabelecido nos termos do Art. 72, da Lei 8.666/93: Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

3.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.3. A LICITANTE, caso opte pela subcontratação, deverá indicar, na fase de habilitação, as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem subcontratados com a respectiva porcentagem, responsabilizando-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

3.4. A SUBCONTRATADA deverá possuir todas as autorizações necessárias à execução dos serviços contratados.

52. Além disso, em 23 de julho de 2020, para sanar a divergência entre os documentos, foi firmado termo aditivo ao contrato, tornando nulo o item XXVII da Cláusula Décima Primeira que vedava a subcontratação de funcionários a serem



alocados nos serviços objeto do contrato, corrigindo o erro material identificado, restando inquestionável a legalidade da subcontratação ocorrida.

CONCLUSÃO

53. Por todo o exposto, ficou evidenciado a boa-fé objetiva da BRB Serviços na relação contratual em comento, desde o momento de análise do instrumento convocatório até a conclusão da execução dos serviços.

54. Dessa forma, requer-se que seja reconhecida a obrigatoriedade de vinculação ao instrumento convocatório para ao final ser reconhecida a legalidade das margens relativas à encargos sociais e BDI, dadas as especificidades da prestação dos serviços e natureza do contrato e por não haver previsão no Projeto Básico ou em qualquer outro documento enviado no ato da divulgação da oportunidade e, conseqüentemente, o reconhecimento da obrigação de pagamento mensal pelos serviços prestados no valor global avençado, deduzidos apenas o erro material sobre o cálculo na margem de lucro (de 19,83% para 17%) o qual a BRB Serviços reconhece no presente nos itens 29 e 30, perfazendo um valor global mensal de R\$ 1.760.009,48 (um milhão setecentos e sessenta mil e nove reais e quarenta e oito centavos).

55. Termos em que pede e espera deferimento.

19. Os elementos apontados pela sociedade empresária BRB Serviços S. A. e pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por si sós, são incapazes de afastar o sobrepreço apontado pelo Corpo Técnico, uma vez que a SES/DF não encaminhou ao Tribunal a documentação solicitada nos itens IV.e.1 e IV.e.2, da Decisão nº 4.226/2020.

20. Diante disso, em que pese a solicitação contida no Ofício BRB SERVIÇOS Nº 055/2020 (peça nº 44 – e-DOC C17149C9-c), para o reconhecimento da legalidade dos percentuais referentes a encargos sociais e BDI utilizados na Planilha de Formação de Preços, elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S. A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI nº 00060-00109204/2020-43, entendemos que o Tribunal deve manter a medida cautelar mitigada inserida no item III, da Decisão nº 4.226/2020 (Sugestão II).

III. Do Mérito da Representação nº 12/2020 – CF

21. O MPJTCDF noticiou os seguintes fatos, assim resumidos na Informação nº 22/2020 - DIASP3 (peça nº 4 - e DOC C89DBF9C-e), na fase de admissibilidade da Representação em tela:

Trata-se de Representação, com pedido cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF – MPJTCDF, acerca de dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF.

2. Por meio da Exordial, noticiou-se a publicação da ratificação da Dispensa de Licitação 03/2020, relativa à citada



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

contratação, no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF 45-A, de 02.04.20, Edição Extra.

3. Extrai-se que foi contratada a empresa BRB Serviços, no valor R\$ 10,8 milhões, pelo prazo de até 180 dias, e que a contratação está contida no Processo SEI 00060-00109204/2020-43.

4. Ressaltou-se que os mencionados serviços estariam sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIASF e apresentaram-se as principais características da prestação desses serviços, com base em matérias jornalísticas do Portal G1, notadamente que:

a) os serviços são prestados por 3 Farmácias de Alto Custo (Asa Sul, Ceilândia e Gama);

b) o atendimento aos usuários do DF é feito pelo número 160, opção 3, ao passo que, para usuários de fora do DF, deve-se utilizar o telefone 0800 644 0160;

c) a retirada do remédio nas unidades depende da apresentação de documento de identificação com foto e da receita original, e, no caso de medicamentos termossensíveis, é preciso levar um recipiente térmico com gelo;

d) em face da pandemia, os usuários que fazem parte dos grupos de risco para a Covid-19 – idosos, crianças, gestantes, imunodeprimidos, transplantados e portadores de doenças respiratórias – poderão cadastrar até 05 pessoas por paciente, para fazer a retirada dos medicamentos em seu lugar.

5. Em seguida, destacou-se que os serviços em tela “compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo”.

6. Noutro passo, destacou-se que a empresa BRB Serviços é atual denominação da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, “uma empresa do Banco de Brasília S/A - BRB, especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas”. Assim, alegou-se possível divergência entre o objeto do mencionado contrato e as atividades desempenhadas pela BRB Serviços.

7. Em seguida, destacou-se a importância de a SES/DF esclarecer o motivo de a Pasta “não conseguir atender a demanda nas suas Farmácias de Alto Custo, mediante agendamento, visto que, como se sabe, os serviços essenciais foram mantidos, nesse período de calamidade, etc.”

8. Outrossim, foram ressaltadas iniciativas governamentais na busca de serviços gratuitos ou de menor custo, tendo sido citadas, em notas de rodapé, as seguintes iniciativas:

a) o Governo do Estado do Rio de Janeiro decidiu firmar parceria com as operadoras de telefonia móvel para a prestação de serviços de central telefônica para atendimento sobre a Covid-19 e remessa de SMS, de forma gratuita, embora, inicialmente, se tivesse tentado realizar contratação no valor de R\$ 10 milhões para o mesmo objeto;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

b) a Caixa Econômica Federal estaria investindo R\$ 250 mil no desenvolvimento de aplicativo que usado para pagamento do “coronavoucher”, como anunciado pela imprensa.

9. Destacou-se que “todas as contratações efetivadas no período de emergência devem estar atreladas, ainda, à legalidade e à economicidade”, sobretudo porque a CLDF, ao aprovar a situação de calamidade no DF, havia reconhecido que a receita de impostos sofreria forte decréscimo, “de maneira que a utilização dos recursos públicos deve ser direcionada para a máxima eficiência”.

10. Por fim requereu ao Tribunal:

a) a concessão de medida cautelar para suspensão de qualquer pagamento alusivo à referida contratação;

b) a solicitação de cópia dos autos à SES/DF com audiência do seu Titular, em 05 (cinco) dias úteis, para que apresente esclarecimentos a respeito da referida contratação, inclusive justificativa de preço.

22. Segundo verificado nos §§ 12/15 desta Informação, a SES/DF não atendeu todas as diligências demandadas pelo Tribunal via Decisão nº 4.226/2020. Diante disso, tendo em conta a ausência de elementos suficientes para formação de juízo, quanto à legalidade, à economicidade e à justificativa de preço dos procedimentos administrativos inseridos no Processo SEI nº 000060-00109204/2020-43, a análise de mérito da presente Representação será efetuada na próxima fase processual.” (grifos do original)

Ao final da instrução, após lançar suas conclusões acerca da matéria, sugeriu-se ao eg. Plenário que:

“I. tome conhecimento:

a) do Ofício nº 577/2020-G2P (peça nº 36 – e DOC E1397BA9-e);

b) do Ofício BRB SERVIÇOS Nº 055/2020 e anexos (peça nº 44 – e DOC C17149C9-c), relevando sua intempestividade;

c) do Ofício SEI-GDF nº 7426/2020 – SES/GAB (peça nº 66 – e DOC E3750953-c) e anexos (peças nos 45/65 - e DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c, respectivamente), relevando sua intempestividade;

II. manter a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão nº 4.226/2020;

III. em relação às diligências contidas no item IV, da Decisão nº 4.226/2020, considere:

a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”;

b) parcialmente cumprida a alínea “c”;

c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

- IV. *em decorrência do item III.b, determine à SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:*
- a) *os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);*
 - b) *os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);*
 - c) *os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);*
- V. *em decorrência do item III.c, reitere à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “b”, “e.1”, “e.2”, “f”, “h” e “i”, do item IV, da Decisão nº 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;*
- VI. *determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos seguintes Processos SEI 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;*
- VII. *determine ao Banco de Brasília de S. A. – BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos seguintes Processos SEI 00041-00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48, 00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041-00001893/2020-95 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;*
- VIII. *alerte o Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal de que o não cumprimento dos itens IV a VII destas sugestões poderá implicar na aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/1994;*
- IX. *autorize:*
- a) *a ciência da Decisão que for proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à sociedade empresária BRB Serviços S. A.; e*
 - b) *a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp, para acompanhamento dos itens IV a VII destas sugestões.”*

As sugestões formuladas mereceram a concordância do Diretor da 3ª Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – 3ª Diasp/TCDF e do titular da Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF (e-DOCs 84B25F96-e e 18EA003F-e, respectivamente).



MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, nos termos do Parecer n.º 80/2021-G2P (e-DOC D5503271-e), depois de sintetizar o feito, posicionou-se de forma parcialmente divergente da instrução, com acréscimos, assim:

“I – Da Manifestação da SES/DF Quanto às Diligências Contidas nos Itens III (Medida Cautelar Mitigada), IV e V, da Decisão nº 4.226/2020

I.1 – Item III da Decisão nº 4.226/2020

III – com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, deferir medida cautelar mitigada, determinando à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A., com fulcro no Contrato n.º 063/2020, o valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente), conforme detalhado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, no PT 2 – Planilha de Formação de Preços e no relatório/voto do Relator;

7. A SES/DF encaminhou o Controle Financeiro de Pagamentos CTR – 063/2020 – BRB Serviços S/A - (38082098), por meio do Ofício nº 7426/2020-SES/GAB (e-DOC E3750953-c)

(...)

8. O Corpo Técnico não teceu maiores comentários em relação ao cumprimento do item III da Decisão nº 4.226/2020. Em análise de outro item da Decisão, que versou sobre sobrepreço, entendeu pela manutenção da medida cautelar mitigada inserida no referido decisum.

9. Aferindo os dados do quadro acima, este MPC/DF verificou que após a Decisão nº 4226/2020, de 30/09/2020, não houve pagamentos informados pela SES. **Apesar de constarem valores mensais superiores aos estipulados na Decisão, de R\$ 1.498.389,62, não há informação sobre qual pode ser o motivo de um ser esse valor e outro ser o do pagamento.**

10. Em consulta ao Portal da Transparência do DF⁹, foi possível verificar a emissão das seguintes OB's, após a Decisão deste Tribunal:

⁹ Em 12/2/2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

NL	OB	Valor	Data da emissão da OB	Valor por NL	Referência
2020NL14650	2020OB20351	R\$ 1.361.618,74	28/10/2020	R\$ 1.451.749,99	NF 2351 01/07/2020 A 31/07/2020
	2020OB20352	R\$ 90.131,25			
2020NL14705	2020OB20462	R\$ 1.408.258,37	29/10/2020	R\$ 1.498.389,62	NF 2358 01/08/2020 A 31/08/2020
	2020OB20463	R\$ 90.131,25			
2021NL1577	2021OB01838	R\$ 385.167,53	02/02/2021	R\$ 469.290,03	NF 2386 01/09/20 A 28/09/20
	2021OB01839	R\$ 84.122,50			

11. Dessa feita, **é possível observar que apesar de aparentemente o limite estabelecido no item III da Decisão nº 4.226/2020 haver sido atendido pela Secretaria de Estado de Saúde do DF, é necessário que se esclareça a existência de valores mensais superiores, ainda que nominalmente.**

I.2 – Item IV da Decisão nº 4.226/2020

IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias: (...)

12. Quanto ao referido item e suas alíneas, o Corpo Técnico elaborou tabela comentando sobre os documentos apresentados pela SES/DF e atendimento de cada solicitação do Tribunal:

(...)

13. O Corpo Técnico ressaltou que apesar do não encaminhamento de todos aos relatórios solicitados nos itens IV.c.3 e IV.c.4, a executora do Contrato nº 063/2020- SES/DF apontou os seguintes processos do SEI-GDF relativos à execução do ajuste:

Processo 00060-00189892/2020-17, referente à execução contratual do mês de abril/2020;

Processo 00041-00000969/2020-65, referente à execução contratual mês de maio/2020;

Processo 00041-00001317/2020-48, referente à execução contratual mês de junho/2020;

Processo 00041-00001399/2020-21, referente à execução contratual mês de julho/2020, e 00060-00330122/2020-66 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001661/2020-37, referente à execução contratual mês de agosto/2020, e 00060-00402178/2020-20 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001893/2020-95 referente à execução contratual mês de setembro/2020.

14. Assim, entendeu que **o Tribunal deve proferir determinação para a concessão de acesso aos processos, solicitando ainda a documentação faltante prevista no item IV, bem como a emissão de alerta ao Secretário da SES/DF de que o não atendimento das diligências poderá implicar na aplicação de multa.**

15. **Este MPC/DF aquiesce às propostas do Corpo Técnico, mas com os acréscimos pretendidos no item 27¹⁰.**

¹⁰ Na verdade, refere-se ao § 28.



I.3 – Item V da Decisão nº 4.226/2020

16. Apresento a determinação do Tribunal com a resposta da SES enviada por meio do Ofício nº 7426-SES/GAB:

V – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, **doravante**:

a) instrua, nos termos do art. 9º da Portaria PGDF n.º 115/2020, os autos de contratação direta relativos à aquisição de bens, serviços e insumos para enfrentamento da COVID 19, realizadas com fundamento na Lei Federal n.º 13.979/2020, com a declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 – PGDF/PGCONS, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DAESP (48892612):

Considerando que a Declaração nos moldes da Portaria PGDF n.º 115/2020 deve ser realizada por autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 – PGDF/PGCONS, entendemos que tal declaração s.m.j., deve ser assinada pelo gestor responsável pela aprovação da Dispensa de Licitação, no caso em questão o Subsecretário de Administração Geral.

Deste modo, solicitamos orientação de como a DAESP deve proceder diante da referida recomendação.

Em complementação, esta Subsecretaria esclarece que foi (sic) prestadas as orientações àquela Diretoria de Aquisições Especiais quanto a elaboração da Declaração de Enquadramento nos Parâmetros dos Pareceres Referenciais, conforme art. 9º da Portaria no 115/2020 - PGDF, por meio do Memorando No 290/2020 - SES/SUAG (48832671), nos autos do processo SEI 00060- 00439570/2020-24.

b) indique a correta fundamentação legal para a vigência contratual, de modo a observar a legislação pertinente (Lei n.º 8.666/1993 ou Lei n.º 13.979/2020), tendo em conta as falhas apontadas no tópico V.5 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DFACC (48961361):

Informa-se que a fundamentação legal para a vigência contratual encontra-se fundamento na Lei n.º 13.979/2020 conforme Despacho SES/SUAG (38044988), a qual ocorre a ratificação da Dispensa de Licitação, conforme segue:

"Considerando as informações contidas no presente processo e mediante Despacho SES/SUAG (38044988), com fundamento no Artigo 4º, da Lei no 13.979/2020, RATIFICO a Dispensa de Licitação no 03/2020 no valor global de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), sendo declarada vencedora a empresa BRB SERVIÇOS S/A, referente à Contratação emergencial (por 180 dias) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

e-DOC 01E4614C
Proc 00600-00000439/2020-16-e

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Isto posto, encaminha-se os autos à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES para providências subsequentes."

c) no caso de deflagrar nova dispensa de licitação para o mesmo serviço objeto do Contrato 063/2020, afaste as irregularidades apontadas na Informação n.º 70/2020 – DIASP3, encaminhando ao Tribunal, tão logo publique o aviso do certame no DODF, cópia da documentação que comprove o efetivo atendimento das diligências em análise;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DAESP (48892612):

Informa que a DAESP está ciente da recomendação.

17. Ressalte-se que o Contrato tinha vigência de 180 dias, ou seja, até 28/09/2020, não existindo informações a respeito de nova contratação ou prorrogação contratual.

18. Assim, continuam as omissões da SES/DF impossibilitando a análise completa do presente processo.

II – Das Considerações apresentadas pela SES/DF e pela Sociedade Empresária BRB Serviços S.A. Acerca do Sobrepreço Apontado nos Parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020-DIASP3 (Item VI. da Decisão n.º 4.226/2020):

19. A resposta da SES para a questão está contida no Ofício n.º 7426- SES/GAB:

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644):

Considerando a ausência de Preços Públicos validados pelo setor técnico competente, ausência de registros de serviços no Painel de Mapa de Preços/GDF, foi utilizado como valor de referência o menor preço válido obtido em concordância com Art. 18 da Portaria no 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital n.º 39.453, de 14 de novembro de 2018, exposto anteriormente.

20. Em seguida, o Corpo Técnico transcreve trechos do Ofício BRB Serviços n.º 055/2020 (e-DOC C17149C9-c), com as justificativas e cálculos apresentados para demonstrar suas razões. Transcrevo, abaixo, apenas suas conclusões:

53. Por todo o exposto, ficou evidenciado a boa-fé objetiva da BRB Serviços na relação contratual em comento, desde o momento de análise do instrumento convocatório até a conclusão da execução dos serviços.

54. Dessa forma, requer-se que seja reconhecida a obrigatoriedade de vinculação ao instrumento convocatório para ao final ser reconhecida a legalidade das margens relativas à encargos sociais e BDI, dadas as especificidades da prestação dos serviços e natureza do contrato e por não haver



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

previsão no Projeto Básico ou em qualquer outro documento enviado no ato da divulgação da oportunidade e, conseqüentemente, o reconhecimento da obrigação de pagamento mensal pelos serviços prestados no valor global avençado, deduzidos apenas o erro material sobre o cálculo na margem de lucro (de 19,83% para 17%) o qual a BRB Serviços reconhece no presente nos itens 29 e 30, perfazendo um valor global mensal de R\$ 1.760.009,48 (um milhão setecentos e sessenta mil e nove reais e quarenta e oito centavos).

55. Termos em que pede e espera deferimento.

21. Em análise dos elementos apresentados pelo BRB Serviços S.A. e pela SES/DF, o Corpo Técnico entendeu que os argumentos, por si sós, são incapazes de afastar o sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, uma vez que a SES/DF não encaminhou ao Tribunal a documentação solicitada nos itens IV.e.1 e IV.e.2 da Decisão nº 4.226/2020.

22. Assim, entende que o Tribunal deve manter a medida cautelar mitigada inserida no item II da Decisão nº 4.226/2020.

23. Ora, sem a memória de cálculo dos percentuais referentes às rubricas contidas na Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A. (IV.e.1), bem como sem a composição detalhada de todos os custos unitários do itens inseridos no "Grupo 5 – Custo de contratação Logísticas: A – Instalação call center, B – Telefonia e C – Entrega medicamentos em casa", juntamente com a comprovação dos custos de mão de obra (item IV.e.2); não é possível afastar a irregularidade apontada por este Tribunal.

24. Desta feita, o MPC/DF, com as vênias de estilo, prefere reiterar todos os Termos do Parecer 842/20 item 25:

Nessas circunstâncias, o MPCDF, ao passo que acolhe o encaminhamento proposto pela Unidade Técnica, opina por medida CAUTELAR no sentido de que não seja pago qualquer valor ao BRB Serviços S/A até que seja apurado o possível sobrepreço indicado pelo Corpo Técnico.

III – Do mérito da Representação nº 12/2020-CF

25. O Corpo Técnico ressaltou que a SES/DF não atendeu a todas as diligências demandadas pelo Tribunal. Assim, entende que a análise de mérito deve ser efetuada na próxima fase processual, em razão da ausência de elementos suficientes para formação de juízo quanto à legalidade, economicidade e justificativa de preços da contratação em análise.

26. Este MPC/DF irá defender, mais uma vez, que é incabível que a SES acabe condicionando a análise da Representação, por falta de dados.

27. Deve-se ressaltar que a exordial foi autuada em 08/04/2020 com pedido de cautelar para suspensão de qualquer pagamento alusivo à referida contratação, até que a Corte examinasse o mérito da dispensa. No Despacho Singular 207/2020-GCIM, em 16/04/2020, o Relator denegou o pleito, concedendo o prazo de 5 dias para manifestação da SESDF sobre os fatos representados, cujo



expediente só deu entrada no TCDF em 28/05/2020, mesmo após concessão de novo prazo de 5 dias. Ou seja, 42 dias depois da determinação, quando àquela época, faltavam apenas 10 dias para terminar o contrato.

28. Inobstante todas as dificuldades enfrentadas em decorrência da atual pandemia, não se vislumbra qual a dificuldade que a jurisdicionada teria em fornecer as informações solicitadas, haja vista ser dados que já deveriam estar em poder da SES, sem qualquer necessidade de obtenção ou tratamento desses dados, **daí porque opina no sentido de que sejam chamados em audiência os responsáveis pela omissão.**

29. Ao final, o Corpo Técnico, apresentou as seguintes sugestões ao e. Plenário que:

(...)

32. De proêmio, é mister consignar que na **Representação nº 12/2020-CF** (e- DOC 84575837-e), o MPC/DF chama a atenção para o fato de que os serviços contratados compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo.

33. É a própria SES¹¹ que reconhece na sua página:

A Assistência Farmacêutica consiste em um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, que têm o medicamento como insumo essencial e visa assegurar o acesso da população ao medicamento e seu uso racional, ou seja: o medicamento deve estar disponível no momento certo, em ótimas condições de uso e deve ser fornecido juntamente com informações que possibilitem sua correta utilização pelo paciente.

É importante lembrar que as ações logísticas não são o único foco da organização da Assistência Farmacêutica pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Preconiza-se que a AF seja uma atividade clínica, com foco central de ação no usuário e estructure-se em ações técnico-assistenciais e ações técnico-gerenciais.

O Farmacêutico é o profissional que atua na garantia desse direito do usuário de acesso ao medicamento de forma adequada, fornecendo orientações sobre seu uso.

Envolvido tanto na logística do ciclo do medicamento, quanto nas ações técnico-assistenciais.

(...)

Os farmacêuticos da SES-DF participam de todas as etapas do ciclo da Assistência Farmacêutica.

34. Por outro lado, ao se pesquisar sobre a contratada, BRB Serviços, vê-se que se trata da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, uma Empresa do BRB – Banco de Brasília S/A especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas (<https://www.brbservicos.com.br/>).

¹¹ <http://www.saude.df.gov.br/assistencia-farmaceutica/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

35. *Afigura-se, assim, à primeira vista, que as atividades desempenhadas pela BRB Serviços não se compreendem no objeto contratado, o que acabou se ajuntar ao quanto denunciado no Ofício 195/20:*

O MPC/DF recebeu em sua Ouvidoria denúncia, informando que, a empresa BRB Serviços (Contrato 63/2020) teria subcontratado a empresa UNIHEALTH LOGÍSTICA HOSPITALAR LTDA (CNPJ: 07.312.223/0001-33), em que pese, no âmbito do processo administrativo que tramitou perante a SES/DF, não constar previsão para a subcontratação¹².

36. *Nesse contexto, por mais relevante que pudessem ser os propósitos e a iniciativa, é importante esclarecer por qual motivo a SES não consegue atender a demanda nas suas Farmácias de Alto Custo, inclusive, mediante agendamento, visto que, como se sabe, os serviços essenciais foram mantidos, nesse período de calamidade, etc.*

37. *Ressaltou o Parquet, também, que várias foram as iniciativas governamentais, buscando parcerias para fornecimentos de serviços semelhantes, gratuitamente¹³ ou com menor custo.*

38. *Vale recordar que a SES lançou Dispensa de Licitação, para contratação de Serviço de Operação Logística por preço global, compreendendo a instalação de estrutura porta pallets em galpão existente e fornecimento de serviços referentes à Logística, especificamente armazenagem, controle de estoques, separação, conferências, expedição, distribuição e transporte, para logística de insumos para saúde adquiridos para enfrentamento ao COVID-19, englobando todos os equipamentos e recursos humanos necessários à prestação do serviço¹⁴.*

39. *Há, ainda, o processo 6718/20¹⁵, que é objeto da Representação nº 66/2020¹⁶-G2P (e-DOC E2A8380B), por meio da qual se noticiou a celebração do Contrato 090/2019 (e-DOC 750F8FCA), que resultou da Dispensa de Seleção de Fornecedores 110/2019 - IGESDF, tratada no Processo SEI 04016-00019997/2019-71, cujo objeto foi a "locação de imóvel para alocar o Núcleo de Insumos Farmacêuticos, equipe de trabalho da Gerência de Insumos*

¹² As cláusulas alusivas à subcontratação foram abordadas na Informação 72/20: o Projeto Básico - SES/SUAG/CEIC (37293085) vedou a subcontratação dos serviços pela empresa contratada, mas é possível a visualização de veículo de empresa subcontratada durante as entregas.

¹³ Como recentemente anunciado pelo RJ após recuar em um contrato de semelhantes R\$ 10 milhões de reais. Assim, optou-se por firmar uma parceria, através do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ), junto às operadoras de telefonia móvel, para a prestação de serviços de central telefônica para atendimento sobre a Covid-19, no RJ, e remessa de SMS, de forma gratuita (<https://www.oantagonista.com/brasil/apos-denuncia-de-o-antagonista-witzel-cancela-gasto-de-10-milhoes-comaplicativo-sobre-coronavirus/?desk>).

¹⁴ No TCDF, atuou-se Representação oferecida por Sindicato (Processo 1045/20) e o parecer ministerial 673/20 foi pela procedência da peça, ressaltando que não havia informação sobre preço unitário e sem orçamento estimativo, de bens/empregados, e sem que se saiba como se chegou a essas referências, sendo impossível saber se o preço contratado era justo, econômico e atendia ao interesse público. Após, irrompeu a Operação Falso Negativo, e o processo foi encerrado com a **revogação do certame sob o argumento de inexistência de emergência de justificar a continuidade da contratação**, bem como pelo cancelamento da Nota de Empenho em favor do licitante Intermodal Brasil Logística Ltda., no valor de R\$ 1.290.471,181 (Processo SEI 00060-00104905/2020-96 - Complementar, associado aos autos, fls. 8/9 e 12).

¹⁵ Última decisão deliberou por determinação ao IGES para que franqueasse os processos correlatos (DECISÃO Nº 4223/2020), que já foram enviados em 16/10/20.

¹⁶ Além dessa, carreteou-se para o mesmo processo a Representação, 67/2020-G2P, envolvendo outra locação: "(...) o MPC/DF representa ao TCDF para que instaure processo de fiscalização urgente a respeito da locação do espaço em que se encontra o IGESDF, a fim de que se apure o cumprimento dos princípios constitucionais da Administração Pública, inclusive, da legalidade e da economicidade".



e Logística e implantação de Central de Operação Logística para atendimento às Unidades Assistenciais de Saúde do IGESDF, com capacidade para recebimento, armazenagem, transporte, fracionamento, unitarização, controle, embalagem, manuseio, dispensação e outros serviços vinculados à distribuição de medicamentos, materiais, equipamentos, bens e insumos para a saúde e mobiliários em geral”, com área útil mínima de 3.500 metros quadrados em único imóvel.

40. É dentro desse contexto, portanto, que deve ser analisada a atividade contratada junto ao BRB Serviços.

41. Não custa lembrar que toda a vez que o Estado despe-se de sua função, fica na dependência do ente contratado, porque acaba por perder a sua capacidade instalada, e, nesse caso, não é diferente. Se, antes, era o próprio GDF que prestava esses serviços, agora aparece submetido à empresa contratada:

Farmácia de Alto Custo do DF suspende delivery e pacientes se aglomeram para pegar remédios

Contrato que permitia a entrega dos medicamentos em domicílio foi finalizado em 30 de setembro: (...) **“Era para receber essa medicação em casa, não fizeram nenhum contato comigo. Tive que ligar e veio uma mensagem dizendo que foi suspensa”, afirma a paciente** (<https://www.metropoles.com/distrito-federal/farmacia-de-alto-custo-do-df-suspende-delivery-e-pacientes-se-aglomeram-para-pegar-remedios>).

*“Reativado serviço de entrega de medicamentos de alto custo em casa (...) O Programa Entregas de Medicamentos em Casa foi reativado pela Secretaria de Saúde nesta quarta-feira (4). As equipes da central de atendimento já começaram a agendar, por telefone, a entrega dos insumos aos pacientes cadastrados no programa. A expectativa é que o recebimento em casa dos medicamentos das farmácias de alto custo ocorrerá a partir da próxima semana. **O programa é uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB).** (...) A entrega dos medicamentos é feita após o agendamento pela central telefônica do programa, que faz o contato com os pacientes cadastrados. O medicamento chega na casa do paciente em cerca de quatro dias úteis após o agendamento. O telefone da central de atendimento, para quem já é cadastrado, é o (61) 3029-8080. Novos pacientes podem se cadastrar pelo telefone 160, opção 3. Eles ficam sabendo dos documentos exigidos para o cadastramento e devem informar os dados pessoais.* <http://www.saude.df.gov.br/reactivado-servico-de-entrega-de-medicamentos-de-alto-custo-em-casa/>

42. Contudo, conforme exposto pelo Corpo Técnico, diversos documentos e informações essenciais solicitados por este Tribunal não foram atendidos pela SES/DF, o que prejudicou a conclusão sobre os apontamentos destacados na exordial.

43. Até o momento, o BRB Serviços já recebeu a seguinte quantia, desde o início da contratação:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

EXECUÇÃO DO EMPENHO					
LIQUIDACÃO			PAGAMENTO		
DATA EMISSÃO	NOTA DE LANÇAMENTO	VALOR	DATA EMISSÃO	ORDEN BANCÁRIA	VALOR
07/01/2021	2020NL21011	0,00	02/02/2021	20210B01838	365.167,53
24/09/2020	2020NL13079	1.517.449,78	02/02/2021	20210B01839	84.122,50
10/08/2020	2020NL10996	721.038,10	11/08/2020	20200B15356	636.975,60
28/10/2020	2020NL14703	1.498.389,62	11/08/2020	20200B15357	84.122,50
24/09/2020	2020NL13075	1.608.902,95	29/10/2020	20200B20462	1.408.258,37
28/10/2020	2020NL14705	1.498.389,62	29/10/2020	20200B20463	90.131,25
07/01/2021	2020NL18826	0,00	24/09/2020	20200B18220	1.518.771,70
27/10/2020	2020NL14650	1.451.749,99	24/09/2020	20200B18221	90.131,25
01/02/2021	2021NL01577	409.290,03	24/09/2020	20200B18228	1.427.318,53
28/10/2020	2020NL14704	1.498.389,62	24/09/2020	20200B18229	90.131,25
07/01/2021	2020NL20092	0,00	28/10/2020	20200B20351	1.361.618,74
TOTAL		R\$ 7.206.880,47	28/10/2020	20200B20352	90.131,25
			TOTAL		R\$ 7.206.880,47

44. Interessante informar que apesar das informações sobre a retomada dos serviços resultantes da parceria entre SES/DF e BRB, não há no DODF ou no sítio da Secretaria de Saúde publicação de prorrogação do contrato em questão, ou novo contrato firmado entre as partes, sendo que o último pagamento efetuado à empresa BRB Serviços S/A, de 02/02/2021, se referia a serviços prestados em 1/9/2020 a 28/9/2020 (NF 2386).

45. A situação é, portanto, aflitiva. No Parecer 842/20, o MPC/DF tinha ressaltado que tal como em hipóteses semelhantes faltaram dados mínimos, como justificativas específicas acerca da quantidade dos bens ou serviços a serem contratados, com as respectivas memórias de cálculo e o Projeto Básico da contratação não demonstrou os cálculos necessários para o estabelecimento do quantitativo dos serviços a serem contratados, ou seja, não foi encontrado o orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários do objeto a ser contratado. Além disso, as propostas das empresas participantes da Dispensa de Licitação nº 03/2020 foram utilizadas indevidamente para elaboração do valor estimado da presente contratação e a Planilha de Preços apresentou várias inconsistências. Chegou-se, então, a possível sobrepreço mensal da ordem de R\$ 304.235,46, entre a proposta da empresa BRB Serviços S/A e o valor apurado. Mas, como se viu, as falhas não se resumem a isso, tamanha é a falta de detalhamento, diante DA AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES, COM NÍVEL DE PRECISÃO ADEQUADO, PARA CARACTERIZAR OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS. Para se ter uma ideia, o Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 03/2020 não detalhou o quantitativo de medicações por Região Administrativa, se limitando a indicar o quantitativo superior a 15.000 (quinze mil) entregas mensais.

46. Referidas inconsistências não tardariam a demonstrar a fragilidade do contrato celebrado, já que o quantitativo de entregas efetuadas, nos meses de abril e maio/2020, ficou abaixo do quantitativo estimado pela SES/DF, para a presente contratação.

47. Para além disso, o Sistema Único de Saúde está sendo obrigado a entregar medicamento em casa, com contrato que se vale de pessoa interposta, a um custo de R\$ 10.815.750,36, por 180 (cento e oitenta) dias, sem que se esclareça, em relação ao contingente referido, quais são, verdadeiramente, os pacientes que não podem dirigir-se a uma unidade da SES, para essa finalidade, já



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

que nem todos estão na mesma condição: alguns possuem representantes; outros não possuem impedimento de ordem sanitária para esse fim, continuando a trabalhar, por exemplo; a frequentar cursos, etc.

48. É preciso encarar uma política pública sanitária sob o aspecto da equidade, de forma consistente, pois há outros pacientes que não recebem medicamentos pela “Farmácia de Alto Custo” (Componente Especializado¹⁷) e que, assim, se dirigem às unidades para receberem a dispensação: diabetes (insulinas, por exemplo), saúde mental, tuberculose, anemia falciforme, DST/AIDS, medicamentos oncológicos, etc¹⁸.

49. Sobre a subcontratação, questionada na alínea “h” do item IV da Decisão nº 4.226/2020, a SES **não respondeu** à questão. A empresa BRB Serviços S/A, por sua vez, defendeu sua utilização, citando o item 3 do Projeto Básico, bem como termo aditivo firmado tornando nulo um item contratual (e-DOC C17149C9):

52. Além disso, em 23 de julho de 2020, para sanar a divergência entre os documentos, foi firmado termo aditivo ao contrato, tornando nulo o item XXVII da Cláusula Décima Primeira que vedava a subcontratação de funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, corrigindo o erro material identificado, restando inquestionável a legalidade da subcontratação ocorrida.

50. **Ressalte-se que o contrato em debate findou-se em 28/09/2020, ou seja, após 180 (cento e oitenta) dias de sua celebração, sem que a SES ou a contratada tenham apresentado até hoje o mínimo, para justificar a celebração desse ajuste.**

51. Dessa feita, **este MPC/DF, com as vênias de estilo, entende que deve ser concedida cautelar** para impedir qualquer repasse ao contrato em estudo, determinando-se à SES/DF que adote providências, imediatas, para prover o atendimento da demanda com recursos próprios. Na impossibilidade de cumprimento dessa determinação, **esclareça, motivadamente, no prazo máximo de 48 horas**, por qual motivo não consegue ela própria prestar tais serviços, e como está sendo prestado o atual serviço, se não há contrato vigente.

52. **O MPC/DF opina, também, nos termos dos itens 11, 15 e 22¹⁹ desta peça.**” (grifos do original)

É o relatório.

¹⁷ <http://www.saude.df.gov.br/componente-especializado/>

¹⁸ <http://www.saude.df.gov.br/farmacias-unidade-basica-de-saude/> e <http://www.saude.df.gov.br/farmacias-atencao-secundaria/>

¹⁹ Na verdade, refere-se ao § 24.



VOTO

Os presentes autos foram autuados em razão da Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPJTCDF, de lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Quando da análise de admissibilidade da exordial, deliberei, dentre outras medidas, mediante o **Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM**, ratificado posteriormente por meio da **Decisão n.º 1.114/2020**, por denegar o pedido de medida cautelar requerido, ante a ausência de plausibilidade jurídica e de perigo da demora, bem como da presença de perigo de dano reverso.

Além disso, fixei prazo de 5 (cinco) dias para que (i) a SES/DF manifestasse-se sobre os fatos representados e disponibilizasse acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43 e (ii) a empresa BRB Serviços S/A., caso quisesse, apresentasse suas considerações acerca da representação, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na sequência, com base nas informações prestadas apenas pela SES/DF (a empresa BRB Serviços S/A. não se manifestou) e diante do teor do Ofício n.º 195/2020-G2P²⁰ (por meio do qual o *Parquet* especial deu ciência de denúncia recebida na Ouvidora do MPJTCDF de que a empresa BRB Serviços, no bojo do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF, teria subcontratado a empresa UNIHEALTH LOGÍSTICA HOSPITALAR LTDA., em que pese o processo administrativo não constar previsão para subcontratação), foi exarada a **Decisão n.º 4.226/2020**.

Nos termos da supracitada deliberação plenária, esta Corte de Contas: tomou conhecimento dos expedientes acostados ao feito; considerou cumprida a diligência contida no item “III.a” do Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM, referendado por meio da Decisão n.º 1.114/2020; **deferiu medida cautelar mitigada**, determinando à SES/DF que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A., com fulcro no Contrato n.º 063/2020, o valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente); expediu determinações à SES/DF; concedeu prazo de 15 (quinze) dias para que a SES/DF e a sociedade empresária BRB Serviços S.A., caso queiram, apresentem suas considerações acerca do sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; deu ciência da decisão à representante; e autorizou o envio de cópia do PT 2 – Planilha de Formação de Preços (associado aos autos), da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, do relatório/voto e da decisão à SES/DF e à empresa BRB Serviços S.A., a fim de subsidiar o atendimento das diligências.

²⁰ e-DOC D00A0DE9-e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

Em seguida, houve a juntada do Ofício n.º 577/2020-G2P, que encaminhou notícia veiculada pela mídia dando conta, *“além da falta de medicamentos de alto custo, da suspensão dos “serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF”*”.

Em atendimento à Decisão n.º 4.226/2020, a empresa BRB Serviços S.A. (por meio do e-DOCs C17149C9-c) e a SES/DF (mediante o e-DOC E3750953-c e anexos²¹) encaminharam suas considerações acerca da matéria.

A presente fase processual trata, portanto, do **exame do cumprimento das diligências constantes dos itens III, IV e VI da Decisão n.º 4.226/2020**.

Nesta oportunidade, o corpo instrutivo propõe ao Tribunal: tomar conhecimento dos expedientes acostados ao feito; manter a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão n.º 4.226/2020; considerar, em relação às as diligências contidas no item IV da Decisão n.º 4.226/2020, (a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”, (b) parcialmente cumprida a alínea “c” e (c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”; reiterar à SES/DF as diligências não atendidas; expedir determinações à SES/DF e ao BRB Serviços S.A.; emitir alerta ao titular da SES/DF e autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF.

O MPJTCDF aquiesce parcialmente às sugestões, pugnando: (a) pelo deferimento de medida cautelar para impedir qualquer repasse à empresa BRB Serviços S.A. com base no contrato em comento; (b) por determinar à SES/DF que adote providências imediatas para prover o atendimento da demanda com recursos próprios ou, na impossibilidade de cumprimento dessa diligência, esclareça por qual motivo não consegue prestar tais serviços e como está sendo prestado o atual serviço, se não há contrato vigente; (c) por esclarecimentos quanto à diferença entre os valores mensais informados nas Notas Fiscais e os efetivamente pagos; e (d) pela audiência dos responsáveis pela omissão em fornecer as informações solicitadas.

Ao compulsar os autos, tenho que o encaminhamento aventado pelo órgão instrutivo merece acolhida pelo Plenário desta Corte de Contas, com o acréscimo do órgão ministerial alusivo à apresentação de esclarecimentos de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020.

Buscando reforçar meu posicionamento, peço licença para, inicialmente, trazer à baila as breves conclusões lançadas pela 3ª Diasp/TCDF, às quais me filio integralmente:

“23. Conforme verificado na presente Informação, mesmo com a expiração do prazo estabelecido pelo Tribunal, a SES/DF não cumpriu todas as diligências contidas na Decisão nº 4.226/2020, que são necessárias para a análise de mérito da Representação nº 12/2020 – CF, bem como para a formação de juízo quanto ao sobrepreço apontado pelo Corpo Técnico.”

²¹ peças 45/65 – e DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c, respectivamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

24. Concluiu-se, portanto, que a **análise de mérito da exordial será realizada na próxima fase processual, juntamente com a análise a ser efetuada pelo Corpo Técnico das diligências contidas nos itens III, IV e VI, da Decisão nº 4.226/2020.**” (grifei)

De fato, a incompletude de informações impede o exame de mérito da Representação n.º 12/2020-CF, notadamente do sobrepreço apontado na assentada anterior.

Ainda que a SES/DF tenha disponibilizado *link* de acesso ao Processo SEI n.º 00060-0010746082020-04 (cuja cópia foi juntada aos autos na forma de “documento associado”) e apresentado esclarecimentos acerca da contratação da empresa BRB Serviços S.A., algumas diligências constantes da Decisão n.º 4.226/2020 não foram observadas; motivo pelo qual se torna necessária a reiteração dos itens em questão.

Nesse sentido, cabe **reiterar** à SES/DF as diligências constantes das alíneas “b”, “c” (apenas para os meses de agosto e setembro/2020, uma vez que para os meses de abril a julho/2020 as demandas foram atendidas), “e.1”, “e.2”, “f”, “h” e “i” do item IV da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias, com emissão de **alerta** ao titular da Pasta de Saúde de que o não cumprimento das diligências apontadas poderá implicar na aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/1994.

Por outro lado, vale mencionar que os itens “IV-a”, “IV-d” e “IV-g” da Decisão n.º 4.226/2020 foram **atendidas** pela SES/DF. Isso porque a jurisdicionada disponibilizou *link* de acesso ao Processo SEI n.º 00060-0010746082020-04 (conforme já mencionado), manifestou-se “sobre a ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários” e informou “ao Tribunal sobre a realização de termo aditivo ao Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098), para inclusão de serviços da entrega dos medicamentos do Núcleo de Farmácia de Ações Judiciais - NUFAJ, noticiada no Memorando n.º 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012)”.

Ademais, cabe determinar à SES/DF e ao Banco de Brasília de S.A. – BRB que **concedam** à 3ª Diasp/TCDF, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, **permissão para acesso externo** aos processos que tratam da execução contratual e da fiscalização técnica do aludido ajuste (para os meses de abril/2020 a setembro/2020), pelo período (validade) de 730 dias, de modo a possibilitar a análise da matéria representada, em sua totalidade.

Quanto à **manutenção da medida cautelar mitigada** constante do item III da Decisão n.º 4.226/2020, que determinou à SES/DF “que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A., com fulcro no Contrato n.º 063/2020, o valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente)”, acompanho o posicionamento do corpo instrutivo, no sentido de manter vigente a referida liminar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

Lembro que a plausibilidade jurídica da liminar mitigada foi devidamente fundamentada no voto²² condutor da Decisão n.º 4.226/2020, tendo por base a incorreção dos percentuais adotados pela Contratada para encargos sociais e BDI, não havendo, a meu ver, justificativa para impedir o pagamento de eventual quantia à empresa BRB Serviços S.A. após adotados os ajustes necessários, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração (ainda que em sede de cautelar).

Assim, entendo, com as devidas vênias de estilo, que não existem quaisquer motivos para proferir medida cautelar mais gravosa, como requer o *Parquet* especial, no sentido de que *“não seja pago qualquer valor ao BRB Serviços S/A até que seja apurado o possível sobrepreço indicado pelo Corpo Técnico”*.

Quanto ao adendo do órgão ministerial de determinar à SES/DF que adote providências imediatas para prover o atendimento da demanda com recursos próprios ou, na impossibilidade de cumprimento dessa diligência, esclareça por qual motivo não consegue prestar tais serviços e como está sendo prestado o atual serviço, se não há contrato vigente, considero que a diligência em tela deve ser acolhida, com ajuste.

Tenho por necessário que a Secretaria de Estado de Saúde **apresente esclarecimentos** de como está sendo prestado atualmente o serviço, notadamente em razão da notícia²³ divulgada em 04.11.2020 (ou seja, após o término da vigência do Contrato n.º 63/2020, celebrado entre a Pasta de Saúde e a empresa BRB Serviços S.A., que ocorreu em 29.09.2020²⁴), no próprio portal eletrônico da SES/DF, de que o “Programa Entregas de Medicamentos em Casa” (decorrente de *“uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)”*) teria sido reativado.

É importante salientar, ainda, que, por meio do item “V-c” da Decisão n.º 4.226/2020, esta Casa, determinou à SES/DF que, *“no caso de deflagrar nova dispensa de licitação para o mesmo serviço objeto do Contrato 063/2020, afaste as irregularidades apontadas na Informação n.º 70/2020 – DIASP3, encaminhando ao Tribunal, tão logo publique o aviso do certame no DODF, cópia da documentação que comprove o efetivo atendimento das diligências em análise”*. Em que pese a referida determinação, o Tribunal não tomou ciência de qualquer aviso de nova dispensa de licitação.

No que tange ao adendo do *Parquet* especial de determinar à SES/DF que apresente esclarecimentos quanto à diferença entre os valores mensais informados nas Notas Fiscais e os efetivamente pagos, tenho por desnecessária tal medida.

Primeiro, porque a reiteração das diligências (até então não atendidas) irá suprir estes autos das informações faltantes que impedem, neste momento, a análise dos valores pagos e do sobrepreço apurado.

Segundo, porque não há qualquer indício de irregularidade no procedimento adotado pela SES/DF quando do pagamento de despesas com fulcro no Contrato n.º 63/2020 após a prolação da Decisão n.º 4.226/2020. Os valores das

²² e-DOC F324610E-e

²³ <http://www.saude.df.gov.br/reativado-servico-de-entrega-de-medicamentos-de-alto-custo-em-casa/>

²⁴ O ajuste foi celebrado no dia 02.04.2020, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis.



notas fiscais que superaram a quantia de R\$ 1.498.389,62 foram limitados a esse valor, conforme determinado por esta Corte.

Por fim, considero despidiêda a audiência dos responsáveis pela omissão em fornecer as informações solicitadas, uma vez que, nesta assentada, está sendo proposta a emissão de alerta ao titular da Pasta de que o descumprimento de deliberação plenária poderá ensejar a aplicação de sanção.

Ante todo o exposto, em harmonia com o órgão instrutivo, com o acréscimo do órgão ministerial alusivo à apresentação de esclarecimentos de como está sendo prestado o atual serviço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) do Ofício n.º 577/2020-G2P (e-DOC E1397BA9-e);
 - b) do Ofício BRB SERVIÇOS N.º 055/2020 e anexos (e-DOC C17149C9-c);
 - c) do Ofício SEI-GDF n.º 7426/2020 – SES/GAB (e-DOC E3750953-c) e anexos (e-DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c);
 - d) da cópia do Processo SEI n.º 00060-0010746082020-04 juntada aos autos na forma de “documento associado”;
 - e) da Informação n.º 134/2020 – DIASP3 (e-DOC 84B25F96-e);
 - f) do Parecer n.º 80/2021-G2P (e-DOC D5503271-e);
- II. com fulcro no art. 277, “*caput*”, do RI/TCDF, mantenha a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão n.º 4.226/2020;
- III. considere, em relação às diligências contidas no item IV da Decisão n.º 4.226/2020:
 - a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”;
 - b) parcialmente cumprida a alínea “c”;
 - c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”;
- IV. em decorrência do item “III.b” anterior, determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:
 - a) os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);
 - b) os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 01E4614C
Proc 00600-00000439/2020-16-e

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

- c) os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);
- V. em razão do item “III.c” precedente, reitere à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “IV-b”, “IV-e.1”, “IV-e.2”, “IV-f”, “IV-h” e “IV-i” da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;
- VI. determine:
- a) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias:
1. apresente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o “Programa Entregas de Medicamentos em Casa” (decorrente de *“uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)”*) teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência constante do item “V-c” da Decisão n.º 4.226/2020;
 2. conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI n.ºs 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;
- b) ao Banco de Brasília de S. A. – BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI n.ºs 00041-00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48, 00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041-00001893/2020-95 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;
- VII. alerte o titular da Pasta de Saúde de que o não cumprimento de deliberação plenária pode ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/1994;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

VIII. dê ciência da decisão que vier a ser proferida à representante e à sociedade empresária BRB Serviços S. A.;

IX. autorize:

- a) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser exarada à SES/DF e ao Banco de Brasília de S. A. – BRB, a fim de subsidiar o atendimento das referidas diligências;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 03 de março de 2021

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator